

Plano de Governo para o Distrito Federal
2019 – 2022

ALBERTO FRAGA

ALEXANDRE BISPO

Coligação Coragem para Fazer
DEM | PR | PSDB | DC

Sumário

1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. COMBATENDO AS DESIGUALDADES NO DISTRITO FEDERAL	5
3. GESTÃO PÚBLICA E POLITICA FISCAL.....	6
GESTÃO.....	6
POLÍTICA FISCAL	6
PROPOSTAS PARA ADOÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA NA ÁREA TRIBUTÁRIA DISTRITAL	7
4. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	8
5. EDUCAÇÃO.....	10
6. SAÚDE.....	15
6.1 ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE.....	15
6.2 ATENÇÃO HOSPITALAR	16
6.3 ALTA COMPLEXIDADE.....	17
6.4 SERVIDOR.....	17
6.5 EDUCAÇÃO E SAÚDE.....	18
6.6 GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS.....	18
6.7 SAÚDE DO SÉCULO 21	18
6.8 SAMU	19
7. SEGURANÇA PÚBLICA	19
PROPOSTAS PARA A POPULAÇÃO:	19
8. MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA	24
8.1 PREMISSAS DO PLANO.....	24
8.1 AÇÕES DE TRANSPORTE PÚBLICO	24
8.2 EXPANSÃO DO METRÔ	25
8.3 PLANO PILOTO	25
8.4 CICLOVIAS	26
8.5 TRANSPORTE INDIVIDUAL	26
8.6 TRANSPORTE DE CARGA	26
8.7 RECURSOS FINANCEIROS.....	26
8.8 INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS NO SISTEMA VIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL	26
8.9 AÇÕES NECESSÁRIAS E URGENTES PARA MELHORIA DA MOBILIDADE EM BRASÍLIA... 27	
8.10 CRIAÇÃO DO PROJETO “DIRETÃO”	27
9 CIÊNCIA E TECNOLOGIA	27
10 O SOCIAL.....	30
10.1 JUVENTUDE	31
10.2 MULHER.....	31

11	MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	37
12	CULTURA	38
12.2	POLÍTICA CULTURAL	40
12.3	INCREMENTO DA CADEIA CULTURAL	41
12.4	PROJETOS E OBRAS FUNDAMENTAIS INTEGRADAS	42
13	TURISMO	44
13.1	METAS ESTRATÉGICAS	44
13.2	AÇÕES ESTRUTURANTES	45
13.3	INTERVENÇÕES URBANAS	46
13.4	PROJETOS ESPECIAIS PARA O TURISMO	46
14	ESPORTE E LAZER	47
14.1	AÇÕES ESTRUTURANTES	47
14.2	INTERVENÇÕES URBANAS	48
14.3	ESPOPORTE, LAZER E JUVENTUDE	48
14.4	VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	49
	PRIORIDADES:	49
15	AGRICULTURA	49
15.1	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	49
15.2	SEGURANÇA NA ÁREA RURAL	50
15.3	EDUCAÇÃO PRÁTICA	51
15.4	INCENTIVO AO PRODUTOR DE ÁGUA - PRODUZIR & PRESERVAR	51
15.5	APOIO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E A ENERGIA SOLAR	52
15.6	ASSENTAMENTOS RURAIS	52
15.7	MELHORIAS DO ATENDIMENTO DO SETOR PÚBLICO NA ÁREA RURAL	53
15.8	POSTOS DE SAÚDE NA ÁREA RURAL EM LOCAIS ESTRATÉGICOS	54
15.9	MODERNIZAÇÃO DA EMATER/DF	54
15.10	CRIAÇÃO DE BARREIRAS SANITÁRIAS E FISCAIS	55
15.11	ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS, DESPORTIVAS E CULTURAIS NO SETOR RURAL	55
15.12	ENTREGA DE SEMENTES E ADUBOS AOS PRODUTORES RURAIS	56
15.13	FORTALECIMENTO DO CEASA	56
16	REGIÃO METROPOLITANA (RIDE)	57

1. APRESENTAÇÃO

“Nós começávamos a imaginar quando é que Brasília iria surgir. De repente, aparecia uma mancha azul no horizonte. Ela ia crescendo. Depois apareciam os contornos e começávamos a dizer: ali é o Teatro, lá é o Congresso, a Torre. Brasília surgia como num passe de mágica, um milagre”

Oscar Niemeyer

Hoje vivemos um momento impar no Distrito Federal. Estamos diante de um estado de total abandono, os serviços públicos em quase sua totalidade não funcionam, a população padece pela falta de emprego, segurança, mobilidade e saúde de qualidade. Nunca imaginaríamos que nossa jovem capital passaria por uma crise hídrica, viadutos caindo, trens do metrô descarrilando, deixando evidente a falta de gestão dos últimos governos.

O plano de JK era de Brasília ter 500 mil habitantes no início do século XXI, hoje somos mais de três milhões no DF e mais um de milhão de habitantes no Entorno. Logo, é inadiável que se faça já um planejamento de longo prazo para evitar o colapso do Distrito Federal nas próximas décadas.

Nos últimos 20 anos o Distrito Federal apresentou um crescimento acentuado se tornando a terceira maior capital do Brasil. Diante dessa nova realidade, necessitamos planejar o futuro da nossa cidade, entendendo as diferenças socioeconômicas entre o entorno e o Distrito Federal.

Projetos e ações do Governo devem se basear na sua capacidade para resolver os problemas da população da forma mais simples, mais econômica e mais efetiva.

A transparência das ações do Governo deve ser sempre entendida como um dever e obrigação com quem realmente o financia: O CIDADÃO. A prestação de contas deve ser um exercício regular de autocrítica e de explicação para a sociedade dos erros e acertos do governo.

Devemos enfrentar o nosso presente e o futuro com ousadia e realismo, sempre com respeito ao POVO!

2. COMBATENDO AS DESIGUALDADES NO DISTRITO FEDERAL

Brasília e todo o Distrito Federal vêm crescendo de forma exponencial desde a inauguração da capital, em 1960. Esse crescimento causa uma forte pressão nos serviços públicos mais essenciais para a população: transporte público e mobilidade urbana, educação, segurança, desenvolvimento e geração de empregos, preservação do meio ambiente e principalmente a área da saúde.

As características de crescimento de nossa unidade da federação também trazem outros dificultadores. A desigualdade social é reforçada pelas diferenças encontradas entre o Plano Piloto e as demais cidades do DF. Assim, convivemos com duas realidades muito distintas: a das classes mais favorecidas, que desfrutam de uma qualidade de vida diferenciada do restante do Brasil; e a de classes sócio-econômicas menos favorecidas, que muitas vezes residem em cidades que são verdadeiras favelas. Tudo isso explicita um grande abismo social, que precisa ser combatido pelo Governo.

Serviços públicos oferecidos com qualidade seriam a grande solução para a diminuição deste abismo. Enquanto as classes sociais de maior renda dispensam parte dos serviços públicos, contando com planos de saúde e escolas particulares, além de automóvel próprio, para citar alguns exemplos, grande parte da população depende essencialmente da educação, saúde e transporte públicos.

Por consequência, a atuação do Governo do Distrito Federal no sentido de melhorar a oferta de serviços públicos é um meio de combater as desigualdades sociais, objetivo que deve ser alcançado com investimentos tanto nos recursos financeiros quanto nos recursos humanos.

Esse objetivo só pode ser alcançado por meio da integração dos serviços públicos, de forma que o Governo possa agir rapidamente na solução dos problemas encontrados no DF. Para isso, a administração pública deve ser transparente e buscar a participação dos cidadãos, identificando suas principais demandas e problemas.

Ou seja, é necessário que o Governo do Distrito Federal dê segurança e trate com respeito a população, inovando, melhorando e modernizando os serviços que oferece. Desta maneira, diminuiremos as grandes diferenças que podem ser encontrada em nossa sociedade, buscando sempre o bem de todos.

Este é o Plano de um Governo que irá respeitar o povo.

3. GESTÃO PÚBLICA E POLITICA FISCAL

3.1 GESTÃO

Os orçamentos públicos estão cada vez mais comprometidos com endividamento, despesas de pessoal e custeio da máquina, sobrando pouco espaço para investimentos. Assim a máquina pública deve ser ajustada, tornando-se ágil e eficiente para atender às necessidades da população.

O endividamento do GDF é crescente e pode ameaçar as contas públicas.

Por isso, em quatro anos, é absolutamente necessário enxugar a máquina, reduzir custos, aumentar a receita por meio da eficiência tributária, captação de recursos públicos e privados para investimentos públicos e privados, fomentar a atividade produtiva, fortalecer o desenvolvimento econômico integrado do Distrito Federal e do Entorno, adotando medidas capazes de gerar riquezas, aumentar a arrecadação, sem aumentar tributos, e gerar empregos.

É fundamental que uma competente gestão de pessoas, que privilegie a capacitação continuada, motivação, condições de trabalho e o concurso público. Onde várias carreiras do Distrito Federal encontram-se com seus quadros defasados, gerando prejuízo ao serviço público, notadamente o setor de segurança, como exemplo os policiais militares e policiais civis o efetivo diminuiu, enquanto a população do DF aumentou significativamente.

O presente Plano de Governo estabelece as seguintes ações:

- ✓ Sistema de capacitação continuada e de valorização do servidor público;
- ✓ Reposição dos quadros funcionais por meio dos concursos públicos;
- ✓ Implementação de sistema de metas, que reconheça e valorize quem produza com qualidade e em maior quantidade;
- ✓ Diálogo constante com as entidades representativas de classe;
- ✓ Melhores condições de trabalho.

A eficiência e a eficácia do sistema de gestão de pessoas a ser implementado permitirá fazer mais com menor custo, e, via de consequência, otimizando os recursos financeiros disponíveis e o atendimento dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

3.2 POLÍTICA FISCAL

O Estado é soberano e tem poder tributante. O tributo financia o Estado. Assim, sem tributo falecem as condições para o funcionamento do Estado. A administração tributária do DF está inserida na estrutura organizacional da

Secretaria de Estado de Fazenda, especificamente na Subsecretaria da Receita-SUREC/SEF/DF. Necessário se faz a modernização e ampliação do parque de informática e da plataforma digital, com vistas a tornar a Administração Tributária Distrital um nicho de excelência na prestação de serviços públicos a sociedade brasiliense, bem como, na fiscalização e auditoria de macroprocessos tributários com vistas a coibir a evasão fiscal, a elisão ilegal e a sonegação de tributos de competência distrital.

Para 2019, o GDF prevê um orçamento total na casa de R\$ 39,8 bilhões, menor em R\$ 400 milhões em relação a estimativa de 2018. Desse total, R\$ 13,7 bilhões estão previstos do FCDF e o restante, ou seja, R\$ 26,1 bilhões são os recursos próprios do DF. Desses recursos próprios, a estimativa é de arrecadar R\$ 17,7 bilhões com receitas tributárias, o que representa expressivos 44% do orçamento total do DF. Caso o cenário não se modifique, a realização dessa receita tributária orçamentária será muito difícil. Por fim, merece destaque o fato de a renúncia de origem tributária prevista para 2019, será de R\$ 1,7 bilhão, que representa 9,6% do total da Receita Tributária prevista para o mesmo período (R\$ 17,7 bilhões). Conforme veremos adiante, faz-se necessário uma revisão ampla e geral de todos esses benefícios fiscais.

3.3 PROPOSTAS PARA ADOÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA NA ÁREA TRIBUTÁRIA DISTRITAL

- ✓ Adotar política tributária que incremente a Substituição Tributária Nacional por intermédio de Convênios e Protocolos aprovados pelo CONFAZ, nos segmentos de mercadorias e prestação de serviços contemplados pelas avenças. (Exemplos recentes: bebidas quentes, auto-peças e materiais de construção. Exemplos para o futuro: medicamentos em geral, inclusive com o estado de Goiás e do Sul);
- ✓ Criar o Conselho de Desenvolvimento e Tributação, composto por auditores, procuradores e contribuintes, para discussão dos temas e gargalos tributários;
- ✓ Rever as alíquotas do ICMS para combustíveis, comunicação e demais itens estratégicos para a economia local;
- ✓ Reduzir alíquotas de IPVA, ITBI, ITCD, ISS, voltando aos patamares de 2010 e novos patamares para o desenvolvimento e arrecadação na área do ISS;
- ✓ Integrar forças políticas com o Governo de Goiás a fim de potencializar o desenvolvimento local e regional;
- ✓ Revitalizar as áreas de desenvolvimento econômico, com infraestrutura, logística e serviços públicos, conferindo maior competitividade na atração de empresas para o DF;
- ✓ Efetuar estudos com vistas a possibilitar a redução da carga tributária de medicamentos, inclusive via convênio/protocolo no CONFAZ, com o

objetivo de diminuir a carga tributária desses produtos sobre a população, principalmente de baixa renda.

4. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- ✓ Adotar política de valorização de todos os servidores, com ênfase na capacitação, remuneração justa, meritocracia, produtividade, compromisso e motivação.
- ✓ Plano de eficiência e modernização da estrutura e procedimentos da máquina pública.
- ✓ Integração de toda a administração pública, aonde será disponibilizado em tempo real todas as informações sobre educação, trânsito, serviços públicos, saúde, habitação, segurança, dando ao cidadão acesso aos serviços do Estado de forma mais eficiente e eficaz.
- ✓ Plano de eficiência e modernização de todas as empresas públicas do GDF, adotando uma gestão eficiente com comando, melhorando resultados nas suas prestações de serviços, dando a dinâmica que a população espera de cada uma das empresas do Distrito Federal;
- ✓ Aumentar a matriz de oferta de água para todo o Distrito Federal, combatendo roubo de água;
- ✓ Ofertar água tratada a 100% da população do Distrito Federal e Coletar e Tratar 100% do Esgotos gerado no Distrito Federal;
- ✓ Combater Perdas de água através de efetividade de gestão e manutenção e recuperação das redes de água;
- ✓ Como premissa elementar, há a importância e necessidade fundamental de que o sistema de saneamento do Distrito Federal seja executado diretamente pelo governo, haja vista se tratar de um setor que inspire segurança nacional, bem como se tratar de um monopólio natural. Logo, é imperativo que a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal permaneça pública.
- ✓ Este projeto ambiciona também reforçar a importância de se investir bastante em educação ambiental, a fim de reforçar programas junto à secretaria de educação, principalmente implementando ações em áreas onde há maior índice de ocorrência de obstrução de redes e desperdício dos recursos hídricos, bem como fomentando o conhecimento da população acerca do ciclo de saneamento e suas implicações no cotidiano dos cidadãos.
- ✓ Melhorar a malha de abastecimento de água, diminuindo as perdas;
- ✓ Melhorar a eficiência no corte e religação de água;
- ✓ Estabelecer condições para que o órgão concedente realize a devida cobrança dos serviços já disponibilizados, mesmo que em áreas irregulares ou em fase de regularização.
- ✓ Garantir o abastecimento com continuidade e qualidade;
- ✓ Universalizar o abastecimento de água e esgotamento sanitário urbano e ampliação do rural;

- ✓ Retomar a tarifa solidária subsidiada pelo governo do DF;
- ✓ Implantar projetos de eficiência energética nas unidades de tratamento de esgotos – geração de energia (eólica, termoelétrica (gás) e/ou fotovoltaica);
- ✓ Incentivar projetos de reuso de água e captação de águas pluviais;
- ✓ Ampliar os programas de educação ambiental, implantando nas escolas, implantando HORTAS, que os próprios alunos interajam no cultivo de hortaliças, melhorando o entrosamento aluno-professor-comunidade.
- ✓ O compromisso do Governo FRAGA será a de manter todas as empresas do GDF, pública e eficiente com uma gestão moderna e que atenda aos anseios do cidadão, priorizando a meritocracia.
- ✓ Tornar o BRB – Banco de Brasília o grande banco de fomento da região centro-oeste, tornando o banco o grande impulsionador de crédito para o pequeno, médio e grande empreendedor, buscando linhas de créditos para o turismo e demais setores, resgatando o convênio com o BNDES para financiar projetos de desenvolvimento econômico do DF.
- ✓ Agilidade e aumento na concessão, para os processos das operações de FCO.
- ✓ Forte incremento das operações de crédito para projetos de construção nos segmentos, habitacional, comercial e industrial, visando a promoção de desenvolvimento, por meio da geração de emprego, renda, dignidade ao trabalhador, e maior arrecadação tributária para possibilitar os investimentos dos quais a cidade tanto precisa;
- ✓ Fortalecer, modernizar e proporcionar maior autonomia das Administrações Regionais.

4.1 INFRAESTRUTURA - ENERGIA

- ✓ *Garantir o equilíbrio econômico-financeiro* da CEB para que ela possa cumprir com suas responsabilidades de **empresa pública**, como sempre foi, porém, pautada pela excelência de resultados empresariais e na melhoria dos indicadores empresariais;
- ✓ Investir na modernização do sistema de distribuição de energia acompanhando as novas tecnologias de forma a reduzir as ocorrências de desligamentos e garantir a continuidade dos serviços;
- ✓ Estimular ações de consumo racional de energia, uso de energias limpas e substituição de equipamentos elétricos de elevado consumo;
- ✓ Garantir a qualidade, eficiência e continuidade na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica na área rural;
- ✓ Viabilizar a implantação de projetos para exploração de geração de energia renovável (fotovoltaica, eólica e biomassa), em parceria com a iniciativa privada;
- ✓ Viabilizar a implantação de sistemas de recarga de energia de carros híbridos em estacionamentos públicos e demais localidades em que haja viabilidade técnica e econômica para sua implantação;

- ✓ Promover a expansão da rede de iluminação pública com compromisso de buscar sempre a eficiência energética, atender aos anseios da população e aos indicadores de segurança pública;
- ✓ Assegurar disponibilidade dos serviços de iluminação pública em toda as regiões administrativas do Distrito Federal de forma permanente e ininterrupta.

5. EDUCAÇÃO

5.1 – EDUCAÇÃO BÁSICA:

A falta da devida importância com a educação básica é um grave erro nacional que vem de longa data. Segundo o livro “Desafios da Nação”, coordenado pelo IPEA, “*o Brasil está atrás de países com grau semelhante de renda média e atrás de vizinhos latino-americanos, como a Argentina, Chile e Uruguai. A qualidade do ensino é baixa, particularmente na rede pública, onde estão 90% das matrículas do ensino básico e 75% do ensino médio. Em 2012, o país ficou mal classificado no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). No desempenho de matemática, os estudantes brasileiros saíram pior que 89% dos participantes. O desenho considerado pelo menos adequado (nível 2, ou 482 pontos) foi atribuído a 33% dos brasileiros, bem menos que os 90% dos coreanos, ou 80% de vinte países e os 70% de outros 40 países. **O Brasil ficou na lista dos 11% com pior desempenho.***” Ou seja, em uma comparação internacional sobre ensino básico, o Brasil está muito atrasado. Apesar do DF ter ficado um pouco acima da média nacional, ainda temos muito que melhorar na qualidade do nosso ensino.

Quando a escolaridade de uma população cresce, há sempre impacto positivo no mercado de trabalho, que passa a contar com uma população com maior capacidade e velocidade de absorção de produção e inovação tecnológica. Quanto maior a escolaridade, mais tardios são os casamentos e nascimento do primeiro filho. Tendo filhos mais tarde, o casal se expõe menos ao desemprego.

Em pouco mais de uma década, a escolaridade média brasileira passou de 6,2 para 8,7 anos. Não podemos animar com esses números sem verificar se simultaneamente houve melhora na qualidade do ensino. Hoje, praticamente todas as crianças de 7 a 14 anos têm acesso a escola. Em 2014, um jovem de 15 anos tinha apenas 6,8 anos de estudo quando deveria ter 9 anos, ou seja, pelo menos dois anos de escola são perdidos até essa idade. Aos 18 anos, o jovem tem 8,7 anos de escolaridade em vez dos necessários 12 anos. O quadro se agrava pela baixa qualidade de ensino e pela enorme disparidade educacional entre grupos sociais.

A evasão escolar nas classes de renda mais baixa ainda é muito grande. Esses alunos apresentam também maior dificuldade de aprendizado.

A produtividade de cada professor, sua dedicação, motivação e aprimoramento técnico, bem como sua remuneração adequada, são fundamentais para o êxito de qualquer plano de melhoria da educação básica. É preciso acabar com a gestão precária e arcaica das escolas. Docentes, desmotivados, têm baixo preparo para atuar em salas de aula e suas carreiras são mais associadas à antiguidade que à eficiência.

5.2 REVOLUÇÃO PELA EDUCAÇÃO:

No DF, devemos sair do lugar comum e sermos ousados e capazes de oferecer propostas estruturantes transversais de longo prazo.

Conforme mencionado no item 2 (é preciso acelerar o desenvolvimento do DF) do eixo seguinte do Desenvolvimento Socioeconômico deste plano de governo, para acelerar o crescimento da renda per capita do DF precisamos aumentar:

- 1) As taxas de crescimento da **produtividade**;
- 2) **A qualidade do capital humano**; e
- 3) Os investimentos em capital físico em geral e infraestrutura.

Falamos da qualificação do capital humano necessário, que resulta no aumento da produtividade, para trazer o melhor desempenho no investimento em capital físico e financeiro, que resultará na maior produção da “Nova Economia” do DF. A melhor forma de vencer a inequidade é fornecer a oportunidade de formação e a possibilidade de “acesso” que apenas um sistema educacional planejado e de alta qualidade pode oferecer.

Nesse quadro, encaixa-se a proposta de escolas para todos, com professores preparados e bem remunerados, com materiais e recursos pedagógicos modernos. Com o acesso à escola de qualidade para a totalidade das crianças e jovens, seria possível a igualdade de oportunidades. É preciso assegurar as mesmas chances para os menos favorecidos, igualando os desiguais. Isso exige uma educação de qualidade para todos, que assegure a mesma chance a todos e transforme Brasília em centro produtor do capital-conhecimento.

Devemos derrubar o muro da desigualdade social, fazendo a REVOLUÇÃO PELA EDUCAÇÃO, construindo uma forte infraestrutura científica e tecnológica. Devemos derrubar o muro do atraso do DF em relação a outros estados com um **conteúdo didático mínimo obrigatório para todas as escolas**, que resulte na construção natural de uma forte e ousada infraestrutura científica e tecnológica. Isso corresponde hoje a lutar para criar em Brasília:

- 1) A mesma qualidade na educação do DF, independentemente da renda da família e da cidade onde mora a criança, comparável à qualidade dos países mais avançados tecnologicamente no mundo; e

2) Um eficiente sistema de desenvolvimento científico e tecnológico a partir da implantação de centros de inovação científica e tecnológica, em cooperação permanente do setor público com o privado.

Assim como fez Juscelino Kubistchek, um mandato pode ser suficiente para uma transformação para o longo prazo. O governo Fraga terá na educação a sua viga mestra. O nosso maior desafio será transformar a rede pública do DF naquela de melhor desempenho educacional do Brasil, objetivando inclusive padrões de desempenho internacionais.

A “**educação integral e em tempo integral para todos**” deve ser o foco a ser perseguido pelo governo Fraga. Oferecendo a toda criança e jovem do DF, da pré-escola ao ensino médio, por intermédio da escola, o acesso ao ensino de línguas e de tecnologia da informação e comunicação. É preciso melhorar o ensino em todos os níveis, principalmente em matemática, português e ciências, capacitando-os para melhores empregos ou formando empreendedores.

DIRETRIZES:

- Criar incentivos concretos para melhorar o conhecimento dos professores da rede pública em avaliações periódicas e na conquista de títulos de graduação e pós-graduação, para resultar em uma melhor qualidade da educação básica.
- Melhorar o resultado da avaliação do Ideb pelo Ministério da Educação de todas as escolas do ensino básico da rede pública do DF.
- Incentivar, premiar e multiplicar projetos bem-sucedidos desenvolvidos pelos profissionais de educação ou por equipes que promoveram avanços em índices educacionais.
- Incentivo à implantação de projetos inovadores, capazes de abarcar toda rede pública, principalmente nas áreas de estudo onde as avaliações nacionais e internacionais apontam carências.
- **O DF deve ter sua base curricular própria, aderente à nacional, porém melhor**, a ser cobrada pela Secretaria de Educação.
- Construção de escolas nas localidades onde a demanda existir de modo a reduzir ao máximo a necessidade de transporte escolar.
- Fortalecer e garantir a gestão democrática nas escolas, que deve ser transparente e com a participação ativa dos pais ou responsáveis pelos alunos, inclusive nas eleições.
- Ampliar o acesso dos professores, alunos e demais profissionais da educação a equipamentos de informática e às novas tecnologias.
- Reavaliação dos critérios para chamada de professores temporários de modo a agilizar sua presença na escola.

- Reordenar e ampliar a oferta do atendimento da educação infantil, com ênfase no atendimento da população das regiões mais carentes do ponto de vista socioeconômico.
- Melhorar a qualidade e a distribuição da alimentação escolar.
- Incentivar a compra de alimentos para a alimentação escolar dos produtores locais.

AÇÕES:

- Retomar o incentivo financeiro dado pelo DF aos pais ou responsáveis, por aluno, para manter as crianças na escola e com **bom desempenho**. Essa bolsa será administrada pela Secretaria de Educação, que ficará responsável por confirmar junto às escolas a frequência e o desempenho regular dos alunos. Por critério de mau desempenho de um determinado aluno, essa bolsa pode ser temporariamente suspensa.
- O público alvo da bolsa de incentivo a educação do governo Fraga são as famílias que vivem com menos de R\$ 200,00 per capita por mês.
- A bolsa oferecida pelo governo Fraga, no valor de R\$ 50,00 por aluno por mês, será entregue ao responsável por cada aluno (pai, mãe, avós, etc.) que estiver regularmente matriculado da pré-escola ao ensino médio. Por exemplo, se um pai tem quatro filhos matriculados e cursando regularmente a escola com bom desempenho, ele tem direito a receber R\$ 200,00 de bolsa por mês.
- Para os alunos do ensino médio com menos de 18 anos, a Bolsa Escola sobe para R\$ 70,00.
- Retomar programas de erradicação do analfabetismo.
- Criação de programa de cursos obrigatórios para aperfeiçoamento de professores e de preparação ou reciclagem dos gestores das escolas públicas.
- Implantar projetos visando a correção do fluxo escolar e a erradicação do analfabetismo funcional, com ênfase em português e matemática.
- Articular ações com objetivo de reduzir a repetência escolar, inclusive com visitas integrativas da comunidade com a escola, ou vice-versa.
- Retorno das aulas de Educação Física e do Desporto Escolar como disciplina obrigatória.
- Ampliação e recuperação das Vilas Olímpicas com a disponibilização para o atendimento dos alunos da educação em tempo integral.
- Promover a educação voltada para o progresso científico e tecnológico.
- Investir na saúde básica e preventiva dos alunos da rede pública de ensino.

5.3 – EDUCAÇÃO SUPERIOR:

No Brasil, a educação superior significa mais empregabilidade e renda e é uma aspiração crescente de nossos jovens. Segundo a Relação Anual de Informações Sociais-RAIS, do Ministério do Trabalho, a renda de formados em curso superior mais que duplica em relação a quem só tem educação média. A remuneração do pós-graduado chega a ser quatro vezes maior.

Em quase todo mundo, a educação superior se expande, puxada por demandas do mercado de trabalho e da sociedade. A dinâmica do mercado de trabalho evolui para exigir cada vez mais trabalhadores bem qualificados tecnicamente. É importante estar sempre acompanhando as mudanças causadas pela evolução da tecnologia, pois profissões importantes hoje podem amanhã se tornar obsoletas rapidamente.

Essas são algumas das razões para que no Brasil tenha subido de 3 milhões para 8 milhões o número de matrículas em cursos de graduação, de 2001 a 2015. Infelizmente, no Brasil, ainda é muito imperfeita a relação entre a oferta de educação superior e a demanda do mercado de trabalho. Os subsídios públicos (Prouni, Fies, etc.) barateiam o custo da educação superior para a maioria dos estudantes, estimulando matrículas em áreas do conhecimento com pouca oportunidade de trabalho. Quando a demanda e a oferta de vagas estão ajustadas, a tendência é preferir carreiras com mais empregabilidade.

A pós-graduação e a pesquisa estão muito concentradas no setor público. Apesar do número de publicações de autores brasileiros em revistas indexadas internacionais ter crescido, o número de patentes e o impacto prático dos artigos escritos por autores brasileiros continua relativamente baixo. Em resumo, cresceu o acesso ao ensino superior e melhorou a equidade, mas os padrões de qualidade e pertinência da educação ainda se mantêm baixos. É preciso rever o sistema de pós-graduação e pesquisa, estimulando uma forte vinculação entre as pesquisas e o setor produtivo. Dar objetivos específicos às pesquisas, de forma a aproximar as universidades públicas ou privadas do setor produtivo.

AÇÕES:

- Promover o intercâmbio internacional de alunos e professores das áreas científicas e tecnológicas.
- Criar um instituto distrital de excelência (OSCIP, Lei nº 13.019/2014) para ensino – só mestrado, doutorado e pós-doutorado – e pesquisas de ciência e tecnologia, em TIC's e desenvolvimento de softwares, a ser subsidiado com parte dos recursos orçamentários da FAP-DF e com recursos do setor privado. O foco é fazer parcerias de P&D&I com o setor produtivo do DF. O instituto terá todas as características institucionais do IMPA-Instituto de Matemática Pura e Aplicada, do RJ, porém os cursos de TIC's, desenvolvimento de software e startups serão voltados para a tecnologia industrial, como é o ITA/CTA.

- Para ajudar aos estudantes universitários matriculados nas IES's do DF, que já tenha sido aprovado em mais da metade das disciplinas obrigatórias do curso, será oferecida pelo GDF uma “**bolsa universitária**” para que eles façam estágio em órgãos ou entidades do GDF, conforme o tipo de formação escolhida, sempre com a supervisão de um professor responsável. Por exemplo: arquitetos e engenheiros de várias especialidades podem estagiar nas estatais que tenham os seus ramos de atividades e, de preferência, nas RA's para dar autonomia a elas para nas concessão de alvarás, licenças, etc.; economistas, administradores e contadores podem estagiar em estatais, RA's, órgãos e entidades do GDF; professores de educação física podem retornar com programas de esportes nas quadras ou ser monitor em escolas públicas com déficit nesse tipo de profissional; os estudantes de artes cênicas podem criar atividades de cultura e lazer; estudantes de direito podem dar orientações para quem tenha alguma demanda jurídica; assistentes sociais podem orientar os mais carentes; e assim sucessivamente para as várias atividades. Este programa tem também como objetivo familiarizar os estudantes com a profissão escolhida, ou seja, ajuda de custo para exercer a profissão antes de se formar, e, principalmente, reforçar as administrações das RA's com “sangue novo”.

6. SAÚDE

6.1 ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

Considerando a cobertura assistencial insuficiente, grande dificuldade no acesso ao sistema público de saúde no DF e os cuidados que devemos ter com os usuários do SUS, propõe-se a adequação do sistema atual ao preconizado pelo MS/PNAB (política nacional de atenção básica), que foi reorganizado em setembro de 2017. Port. N2/ 28 setembro de 2017.

- ✓ Reestruturar e reforçar a atenção primária em saúde, ampliando as equipes de saúde da família (ESF) de modo a atingir 100% de cobertura.
- ✓ Resgatar a saúde bucal, com equipes móveis visitando as escolas públicas.
- ✓ Trazer de volta as Carretas da Saúde da Mulher, que tiveram bons resultados na prevenção de doenças.
- ✓ Recuperar também a Carreta das Cataratas que se revelou um programa de êxito.
- ✓ Facilitar o acesso do usuário (reestruturação das policlínicas de especialidades com agenda aberta).
- ✓ Integração das agendas via sistema informatizado. (E-SUS + TRACKCARE)

✓ Agendamento de consultas e exames pelo sistema já na atenção primária.

✓ Integrar a rede de ESF, NASF, policlínicas de especialidades com a rede referência e contra referência, desde atenção primária até a alta complexidade. Evitando que o paciente tenha o fluxo de atendimento perdido.

6.2 ATENÇÃO HOSPITALAR

A rede hospitalar do DF sofreu sucateamento importante nos últimos anos, a última unidade hospitalar a entrar em funcionamento (HRSAM) já tem mais de 10 anos. O número de leitos fechados nos últimos 4 anos supera 1000 unidades (dez 2014 com 4.354 leitos ativos, abril 2018 com 3.249) segundo o CNES/ MS.

✓ Aumento do número de leitos, desbloquear imediatamente leitos fora de operação. (Falta de recursos humanos, insumos, manutenção, etc....).

✓ Redimensionamento da rede física.

✓ Revisar todos os contratos em vigor, visando economia.

✓ Redefinir o papel de cada unidade hospitalar na rede.

✓ Programa de desospitalização (estimular núcleo regional de assistência domiciliar – NRAD, HOME CARE).

✓ Estudo de ampliação da rede hospitalar. (Novo Hospital Regional da Ceilândia – HRC especialmente focado no atendimento materno infantil; novo Hospital Regional do Gama – HRG; estudo de viabilidade técnica para a implantação de unidade hospitalar para atender as regiões de Riacho Fundo I/II e Recanto das Emas além da ampliação do Hospital Regional do Guará, havendo recursos, construir o hospital público do Câncer e o do Coração).

✓ Ações para reduzir o tempo de permanência hospitalar melhorando as taxas de ocupação. (Otimizar os serviços de diagnósticos complementares, gestão de leitos, NRAD etc....)

✓ Integração via sistema informatizado com demais níveis de assistência.

✓ Implantação do ciclo de assistência farmacêutica com ênfase em logística de aquisição e distribuição de insumos.

✓ Criar o CIAM – Centro Integrado de Atendimento à Mulher.

✓ Recuperar o parque de apoio e manutenção da secretaria, hoje sucateado.

✓ Reativar a central telefônica de marcação de consultas que já funcionou com sucesso em outra época.

6.3 ALTA COMPLEXIDADE

O desmantelamento deliberado de setores estratégicos causa grande prejuízo assistencial à população. A pretexto de melhorar os cuidados com pacientes de cirurgia cardíaca por exemplo, houve desestruturação do outrora respeitado serviço no HBDF em favor do ICDF (terceirização total), também está em curso a precarização dos cuidados oncológicos no DF, nossos pacientes estão procurando assistência fora do DF.

- ✓ Oncologia: reestruturar completamente a linha de cuidados de pacientes oncológicos, priorizando prevenção, o diagnóstico precoce e tratamento adequado (Hospital do Câncer). Consolidação no PNCC no distrito federal.
- ✓ Cirurgia cardíaca e hemodinâmica: fortalecimento da rede própria.
- ✓ Transplantes: fomentar equipes de transplantes diversos.
- ✓ Traumatologia-ortopedia: reestruturar linha de cuidados, no sentido de evitar longos períodos de internação aguardando cirurgia com otimização do uso de opme.
- ✓ Terapia dialítica: favorecer rede própria

6.4 SERVIDOR

- ✓ Valorização do servidor com proteção física e psicológica do profissional.
- ✓ Melhoria das condições de trabalho, implementando ainda programa de combate ao absenteísmo.
- ✓ Reparar as injustiças e prejuízos a que a má gestão tem levado o servidor da saúde.
- ✓ Reestruturação da carreira de agente de vigilância ambiental do Distrito Federal.
- ✓ Acolher os representantes dos médicos e profissionais da saúde do DF, atender dentro do possível suas necessidades e chamá-los a juntar esforços na luta pela recuperação da nossa saúde pública.
- ✓ Incentivo a meritocracia/produktividade, adotando programas de estímulo à criatividade, políticas de capacitação e estímulo à qualificação.
- ✓ Integração entre SES –DF e entidades de classe resgatando a dignidade laboral dos servidores.
- ✓ Buscar condições financeiras para honrar com os reajustes salariais que tem sido ignorado.

- ✓ Revisar imediatamente as portarias que, em certas categorias, engessam as escalas de trabalho;
- ✓ Estimular a reversão de servidores aposentados, contratando médicos, enfermeiros e técnicos da saúde, para recompor rapidamente o quadro de servidores experientes.

6.5 EDUCAÇÃO E SAÚDE

- ✓ Transformar todos os hospitais da rede em hospitais de ensino.
- ✓ Integração com as instituições de ensino superior privadas que utilizam a infraestrutura da rede e cooperação entre a SES/DF e as escolas de ensino técnicos do DF.
- ✓ Credenciamento dos programas de Residências Médicas pelo MEC, voltando a dar condições de ensino médico no Hospital de Base.
- ✓ Criar um núcleo de inovações tecnológicas.

6.6 GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

A má gestão orçamentária, falta de faturamento, desperdícios provocados por processos logísticos inadequados, desconroles de estoques, excessiva judicialização, tem imposto vários prejuízos aos cofres da SES-DF.

- ✓ Completar a informatização da rede, integrando o faturamento da SES-DF com a do MS.
- ✓ O orçamento deve contemplar as necessidades anuais.
- ✓ Descentralização da gestão e recursos financeiros nas regionais de saúde.
- ✓ Implementação de controles eletrônicos de estoques e distribuição, evitando desperdícios.
- ✓ Parcerias complementares com o setor privado. Firmar convênios com a rede privada de saúde para zerar a fila de exames nos primeiros 180 dias.
- ✓ Busca por recursos externos.

6.7 SAÚDE DO SÉCULO 21

Em pleno século 21 não é possível aceitar filas para marcar uma consulta ou um simples exame, nem aguardar sem perspectiva a marcação de uma cirurgia, por exemplo. Todos temos smartphones, computadores, tablets.

Existem vários aplicativos que possibilitam que consultas e exames sejam marcados remotamente. Isso não é novo, já é feito em várias cidades brasileiras. O que faremos é tirar essa idéia excelente do papel em tempo recorde, pois já temos uma equipe de pessoas dedicadas estudando a melhor solução para Distrito Federal. Dentre diversas ações, destacamos:

- ✓ Agendamento de consultas e exames via aplicativos, smartphone, internet, etc...
- ✓ Criação do núcleo de inovações tecnológicas.
- ✓ Através desse programa o cidadão poderá marcar consultas e dar retorno ao sistema com avaliação do atendimento recebido;

6.8 SAMU

Nosso serviço de atendimento pré-hospitalar já foi referência nacional, recebendo diversas equipes de outros estados para treinamento e aperfeiçoamento. Hoje encara o maior sucateamento e desmobilização administrativa de sua história, resultando em tempo de resposta ao usuário e eficiência em patamares inaceitáveis.

- ✓ Recuperar imediatamente a capacidade operacional das equipes;
- ✓ Mudar os fluxos que foram alterados nos últimos anos;
- ✓ Fortalecer o treinamento e formação de novas equipes;

7. SEGURANÇA PÚBLICA

7.1 PROPOSTAS PARA A POPULAÇÃO

Melhorar a qualidade do atendimento e a percepção de segurança para a população.

AÇÕES

Implementar o Centro de Operações Comando e Controle

O programa consiste na reestruturação do modelo atual de comando e controle de operações em segurança pública e de atendimento e despacho de ocorrências utilizando-se de Integração tecnológica e de informações.

Implantar o programa de rondas comunitárias

Distribuir as áreas dos Batalhões em subáreas, setores e subsetores tendo cada uma dessas divisões policiais com responsabilidade de identificar e

atender as demandas da comunidade e nos casos em que extrapole sua competência ou em que exija um planejamento mais elaborado envolvendo outros organismos e entidades para a solução da demanda que efetivem o encaminhamento aos escalões superiores para conhecimento e planejamento das ações.

Implementar o PROGRAMA TRÂNSITO SEGURO E INTELIGENTE

O programa trânsito Seguro contempla a implantação de ações e operações envolvendo as forças de segurança pública de trânsito para garantir uma maior fluidez e aumentar a segurança

trânsito contempla também campanhas educativas e informativas a população acerca do trânsito. Espera-se promover a melhoria do trânsito e da mobilidade urbana com apoio dos órgãos de

segurança pública

Implantar o projeto do aplicativo "Cidadão Seguro

O projeto consiste no desenvolvimento de um aplicativo que permita ao cidadão o contato direto com as forças de segurança pública, para que possa informar problemas relacionados à violência, criminalidade e desordem em sua região. Também permitirá que o cidadão possa acessar algumas das principais informações sobre segurança pública e trânsito na capital.

Desenvolver participação comunitária e a proximidade entre polícias e população

AÇÕES

Implantar PROGRAMA ESPAÇOS URBANOS DA PAZ

O PROGRAMA ESPAÇOS URBANOS DA PAZ será um programa transversal, envolvendo várias pastas de governo, que trará ações educacionais, socioeconômicas e culturais para regiões identificadas como de maior vulnerabilidade social, com escopo de redução da criminalidade e na violência.

Investir na capacitação comunitária e na formação de agentes comunitários de segurança pública

Desenvolver o projeto de parceria público privada com a formação e aproximação da PMDF com a sociedade de maneira geral e com alguns grupos específicos, como seguranças patrimoniais de

estabelecimentos diversos (shoppings, prédios, etc) no intuito de servirem de multiplicadores e auxiliem no monitoramento da criminalidade e desordem.

Resgatar e fortalecer os CONSEG's

Esta ação tem como intuito resgatar ampliar o papel dos Conselhos Comunitários de Segurança das regiões administrativas como entes integradores das ações de Segurança Pública do governo.

Resgatar e fortalecer os Projetos e Programas Sociais com foco na redução da violência e prevenção

Com esta ação, o novo governo pretende resgatar e ampliar projetos e programas sociais com o foco na redução da violência e da criminalidade, dentre os quais podem ser citados Picasso não

Pichava, Teatro Rodovia, Esporte à meia-noite e também criar novos projetos e programas sociais envolvendo empregabilidade, arte e cultura

Criar e ampliar programas de atendimento aos grupos vulneráveis e de risco

Consiste na implantação de políticas públicas por meio de programa para atendimento aos grupos

vulneráveis, minorias no Distrito Federal - LGBT, mulheres vítimas de violência doméstica crianças em situação de abandono e usuários de entorpecentes, com parcerias público-privadas e apoio e coordenação dos órgãos vinculados à assistência social e à segurança pública.

Implantar o Programa RONDA CANDANGA, de policiamento de proximidade, empregando tecnologia e Bases Comunitárias Móveis

Baseado no modelo de policiamento de proximidade da antiga ROCAM, o projeto consiste na importação de policiamento inteligente, utilizando-se de métodos de saturação de efetivos e

recursos policiais em determinadas áreas do Distrito Federal, previamente mapeadas como sendo de maior incidência de crimes e desordem pública.

Desenvolver ações de valorização das carreiras policiais e de melhoria da gestão das forças policiais

AÇÕES

Realizar concursos públicos para substituição dos efetivos Serão realizados concursos públicos periódicos no sentido de completar os efetivos previstos para as forças de segurança (PC, PM e BM) garantirem a correção dos problemas gerados nos dois governos anteriores pela falta de concursos públicos.

Criar Sistema de Habitação para policiais militares, bombeiros e policiais civis

Será implantado um programa de acesso ao crédito, em parceria com entidades do sistema financeiro, ofertando acesso a taxas de juros diferenciadas para estabelecimento de moradias

para os agentes Segurança Pública.

Criar o Plano de Carreira contemplando política de fluxo para as promoções

Será implantado o novo plano de carreira para os policiais militares Bombeiros Militares, garantindo critérios de ascensão e promoção mais justos para corrigir as distorções históricas.

Reaparelhamento das forças e melhoria das condições de trabalho dos agentes de segurança pública

O novo governo irá proporcionar a melhoria das condições de trabalho dos profissionais da segurança de pública e dos agentes de trânsito, por meio da regulamentação de aspectos relacionados à profissão e também por meio de aquisição de equipamentos e materiais de trabalho. Também

implantar um programa de qualidade de vida no trabalho para os agentes de segurança pública.

Criar programa de bonificação por resultados e por desempenho nas atividades policiais e de bombeiros militares

Será criado um programa de premiação para os agentes de segurança pública e se destacam em suas atividades de prevenção e de repressão a criminalidade no Distrito Federal.

Aumentar os efetivos policiais na atividade

Criar quadro civil para apoio às atividades administrativas das organizações de segurança pública e finalística, criando quadro civil de apoio e terceirizar atividades administrativas para aumentar o contingente policial empregado na terceirizando atividades administrativas atividade finalística

Estimular a integração entre os órgãos de segurança pública e demais setores governamentais e da sociedade civil

AÇÕES

Implantar o programa de BRASÍLIA SEGURA: CIDADE INTELIGENTE.

O programa BRASÍLIA SEGURA: CIDADE INTELIGENTE consiste na implantação maciça de tecnologia de informação e comunicação para apoio às operações policiais de prevenção em

segurança da população. São incluídos nesse projeto vídeo monitoramento da cidade, o Georreferenciamento de recursos policiais e o desenvolvimento de aplicações de proximidade com cidadão, integração de tecnologias de bancos de dados e sistemas de radiocomunicação e telecomunicações.

Implantar o Projeto MAPA DO CRIME

O projeto MAPA DO CRIME consiste na aplicação, mapeamento criminal e um apoio de sistemas informatizados para identificar as áreas de maior incidência social criminal e de problemas relacionados à desordem. Por meio do mapa do crime as forças de Segurança Pública irão desenvolver ações específicas para redução dos índices de criminalidade naquele determinado local.

8. MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA

- ✓ A mobilidade urbana do Distrito Federal está um caos. A cidade hoje já chega a 3,2 milhões de habitantes e as ações para garantir a locomoção das pessoas não foram tomadas nas últimas administrações;
- ✓ A base de toda a ação será o PDTU - Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana do DF;
- ✓ Será encaminhado projeto de lei ao Legislativo para que o PDTU seja revisado a cada 10 anos e refeito a cada 20 anos;
- ✓ Serão estabelecidas propostas para serem executadas em 1, 4, 8 e 10 anos – não será um Plano de Governo, mas sim um Plano de Estado, com intervenções que devem ser cumpridas em, pelo menos, 3 administrações subsequentes;

8.1 PREMISSAS DO PLANO

- ✓ Setor Mobilidade será reestruturado institucional, física e operacionalmente;

8.2 AÇÕES DE TRANSPORTE PÚBLICO

Serão tratados todos os corredores de transporte;

A prioridade não será a obra, mas sim colocar o sistema em operação, aumentando o número de pessoas que usam o transporte público;

Eixo Oeste – será concluído o sistema BRT, ligando:

- a) Por do Sol e Sol Nascente;
- b) Ceilândia;
- c) Taguatinga (com a construção de um túnel rodoviário sob a Praça do Relógio);
- d) EPTG (obra pronta, mas não operacional);
- e) EPIG;
- f) EPSM até o Terminal Asa Sul;
- g) chegada à Rodoviária do Plano Piloto.

Eixo Sul – Gama e Santa Maria - concluído com todas as estações operando e chegada do sistema até o Terminal Asa Sul;

Eixo Sudoeste – Samambaia Sul, Recanto das Emas, Riacho Fundo I e II e Núcleo Bandeirante (entrando pela EPIA no sistema viário do Eixo Sul) – serão concluídos os estudos e projetos e buscados recursos financeiros para iniciar a obra;

Eixo Norte – através do projeto da Nova Saída Norte será implantado um sistema que liga Planaltina, Sobradinho I e II, Fercal, Taquari, Paranoá, Itapoã, Varjão, Lago Norte ao Eixo Monumental e a Rodoviária do Plano Piloto – implantação através de uma PPP – recursos 100% investidos pelo setor privado;

Eixo Leste – sistema BRT ligando os condomínios da BR 140, Jardins Mangueiral, São Sebastião, Jardim Botânico e Lago Sul ao Eixo Monumental e à Rodoviária do Plano Piloto –serão desenvolvidos projetos e estudos para implantação através de uma PPP;

8.3 EXPANSÃO DO METRÔ

a) implantar a extensão até o HRAN, oferecendo às populações de Samambaia, Ceilândia, Taguatinga, Águas Claras, Guará e Asa Sul, acesso direto por metrô até o Setor Comercial Norte, Setor de Diversões Norte, Setor Bancário Norte e HRAN – obra de difícil e incômoda execução, mas, quando pronta, acrescentará à malha do metrô um destino importante na cidade;

b) estudadas as extensões para Samambaia (mais 3 km) e Ceilândia (mais 2 km) – projetos estão concluídos, mas será avaliado o número de passageiros a serem acrescentados ao sistema – objetivo não é obra, mas sim atender mais pessoas;

c) aumentar a capacidade do metrô – hoje são oferecidos lugares para 150 mil viagens – esse número será dobrado, com as seguintes ações:

c.1) duplicação do sistema de energia;

c.2) atualização tecnológica do sistema de sinalização;

c.3) compra de mais 20 trens de 4 carros.

8.4 PLANO PILOTO

- ✓ Estão previstas no PDTU duas linhas de VLT, uma na W3 Sul e Norte e outra no Eixo Monumental;
- ✓ Serão estudadas as alternativas tecnológicas de melhor custo/benefício e detalhados os projetos da alternativa escolhida;
- ✓ Por ser área central e tombada, será adotada uma alternativa tecnológica eletrificada – VLT (Veículo Leve sobre Trilhos, ônibus elétrico a bateria) ou VLP (Veículo Leve sobre Pneus);

8.5 CICLOVIAS

- ✓ Implantar, pelo menos, 30 ciclovias com extensão entre 4km e 8km, ligando bairros em todo o DF até as estações e terminais do transporte de massa – BRT e Metrô;
- ✓ Nestes locais, serão construídos bicicletários seguros e gratuitos, para estimular o uso do transporte público;
- ✓ Todo ciclista será fotografado junto com sua bicicleta e haverá garantia de que, no retorno ao bicicletário, a bicicleta estará intacta e caso haja extravio ou dano, haverá seguro para indenizar;

8.6 TRANSPORTE INDIVIDUAL

- ✓ Implantar estacionamentos rotativos em praticamente todas as áreas do Distrito Federal, com investimentos da iniciativa privada. O valor da outorga a ser cobrado do concessionário do estacionamento será revertido em melhorias para o transporte público;
- ✓ **Via Transbrásilia** - implantar uma via expressa para o automóvel, ligando Samambaia, Taguatinga, Guará e SOF Sul, com o enterramento da linha de alta tensão – empreendimento através de uma PPP – recursos 100% investidos pelo setor privado;

8.7 TRANSPORTE DE CARGA

- ✓ Implantar o Anel Rodoviário do Distrito Federal, com objetivo de desviar o tráfego da carga que passa e deteriora a EPIA.
- ✓ Esse projeto terá todo o apoio institucional e político do GDF, devendo-se buscar recursos do Governo Federal, por ser o responsável pela administração do problema.

8.8 RECURSOS FINANCEIROS

- ✓ Sempre que possível serão formatados projetos que possam ser suportados com recursos da iniciativa privada, através de operações de Concessão ou PPP – diversos acima descritos;
- ✓ Onde não for possível, o Distrito Federal tem imensa capacidade de endividamento, pois, além do BRT Sul, não se endividou em nenhum novo projeto;
- ✓ Serão buscados recursos junto a organismos nacionais: CEF e BNDES, e globais: Banco Mundial, BID, Corporação Andina de Fomento, Agência Francesa de Desenvolvimento, todas elas com representações em Brasília, o que facilita o entendimento do problema e o enquadramento dos projetos;

8.9 INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS NO SISTEMA VIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

- ✓ Viaduto de acesso ao Recanto das Emas/Riacho Fundo II;

- ✓ Viaduto do entroncamento do Paranoá/Itapoã, com duplicação do trecho da DF-250 até o condomínio Entre Lagos;
- ✓ Viaduto de acesso ao Riacho Fundo I/DF-075(EPNB);
- ✓ Readequação do pistão sul, incluindo a ampliação da terceira faixa, entre o viaduto do metrô e a EPNB;
- ✓ Viaduto de acesso à EPTG na entrada do SIA.

8.10 AÇÕES NECESSÁRIAS E URGENTES PARA MELHORIA DA MOBILIDADE EM BRASÍLIA

- ✓ Revisão imediata das faixas exclusivas de ônibus, verificando o que deu resultado positivo ou negativo, com medidas imediatas. Exemplo: faixa exclusiva de ônibus na EPSM (via do cemitério) não atendeu às expectativas, ou seja, causou um grande transtorno aos veículos pequenos e não gerou ganho de tempo aos transportes coletivos, motivo pelo qual deve ser liberada nos primeiros dias do governo.
- ✓ A faixa exclusiva de ônibus da EPTG deverá ser liberada imediatamente para todos os veículos, até que sejam implementadas medidas para o perfeito funcionamento, ou seja, seja adquirido ônibus com portas na esquerda ou alteração nas paradas existentes.

8.11 CRIAÇÃO DO PROJETO “DIRETÃO”

- ✓ Linhas de ônibus saindo do antigo Buritinga, direto para rodoviária do Plano Piloto, sem paradas e aproveitando os horários de pico, onde as vias da estrutural ficam duplicadas, mantendo uma faixa exclusiva para os ônibus. Com isso, o tempo de viagem do trecho seria reduzido significativamente, melhorando a qualidade de vida das pessoas.

9. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Vivemos em uma sociedade integrada por soluções tecnológicas, estejam elas presentes na disponibilização de energia ou de água potável; nos processos de produção industrial e agrícola; nos acessórios de uso doméstico ou na unificação dos serviços bancários em sistemas informatizados. O que coloca o domínio dos conhecimentos tecnológicos e o acesso à tecnologia como instrumentos integrados à qualidade de vida.

Parte significativa da tecnologia disponível na sociedade tem sido impulsionada pelos setores produtivos, por meio de equipamentos, máquinas, serviços de comunicação e uma infinidade de atividades profissionais. Dominar essa sincronia entre a tecnologia e a vida se transformou numa tarefa que faz parte da educação familiar, do ensino e da qualificação profissional para chegar competitivamente ao mercado de trabalho. A cada dia as informações e o acesso às infinitas possibilidades do conhecimento estão intrinsecamente dependentes da convergência com a rede mundial de computadores.

Desse modo, para muito além do acesso aos conhecimentos tecnológicos disponibilizados pelo mercado de produtos, a ciência e a tecnologia não podem prescindir de ações governamentais que assegurem o domínio tecnológico; o incentivo à pesquisa e inovação, principalmente a garantia da igualdade de acesso à rede mundial de computadores, por meio de laboratórios públicos de informática, da integração da ciência e tecnologia com as escolas e disponibilização da banda larga pública e gratuita para toda a população do Distrito Federal.

Dessas medidas depende a elevação do conhecimento dos brasilienses aos padrões de excelência de outros países que caminham na nossa frente, seja na geração de patentes que promovem o desenvolvimento industrial ou na geração de riquezas oriundas da comercialização de produtos ou serviços.

Se somos um povo mundialmente reconhecido como criativo, alegre e receptivo, temos muito a percorrer na rede mundial de computadores, pois estes são requisitos fundamentais para a paz mundial e a integração harmoniosa das culturas, desejo de todos os povos.

Atento a essa realidade, o Programa de Governo defende a ampliação imediata e gratuita do acesso dos brasilienses à rede mundial de computadores, como condição para o desenvolvimento cultural e econômico da sociedade brasiliense. Além do cidadão e da cidadã a Educação, a Economia, a Ciência e os serviços públicos serão os maiores beneficiários dessa medida.

Na Educação promoveremos a integração dos conteúdos com as informações disponíveis na rede; a implantação de projetos de redução da evasão e da repetência escolares; a qualificação via web dos profissionais da educação e a implantação de projetos especiais tendo em vista a integração dos dados escolares.

Na área produtiva, promoveremos o incremento científico e tecnológico do Distrito Federal por meio do cadastramento de micro, pequenas e grandes empresas que tenham necessidades de pesquisa para inovação de produtos ou processos, bem como receber apoio para o desenvolvimento ou implantação de resultados já obtidos em pesquisas acadêmicas.

Na área governamental, a unificação dos sistemas e a disponibilização de soluções que integrem todos os órgãos públicos, transformará o governo em parceiro da sociedade, reduzindo custos, ampliando investimentos, descentralizando a administração pública, reduzindo a burocracia, tornando eficientes os serviços públicos e proporcionando objetividade à aplicação dos recursos governamentais.

AÇÕES

- ✓ Implantar a Banda Larga gratuita para todo o Distrito Federal
- ✓ Criar Unidades Públicas de Acesso à internet em todas as Regiões Administrativas do DF
- ✓ Fomentar o desenvolvimento, e a instalação de software para informal- à população sobre o fluxo dos transportes públicos disponibilizando a informação nas paradas de ônibus e internet.
- ✓ Fomentar e apoiar o desenvolvimento tecnológico de produtos e processos destinados a agregar valor aos bens e serviços produzidos no DF
- ✓ Estruturar projeto de incentivo à pesquisa e inovação tecnológica por meio da concessão de bolsas universitárias nacionais e internacionais destinada ao desenvolvimento de produtos e processos oriundos da atividade econômica empresarial
- ✓ Incentivar pesquisas para o desenvolvimento de melhores práticas educacionais no sistema de ensino do DF
- ✓ Desenvolver programa de apoio à pesquisa e inovação a processos econômicos relacionados à sustentabilidade ambiental e ao reaproveitamento e industrialização de resíduos sólidos da construção civil e do lixo urbano
- ✓ Promover e incentivar a pesquisa acadêmica destinada à inovação de produtos e processos tecnológicos geradores de autonomia econômica
- ✓ Fomentar o desenvolvimento da Cidade Digital
- ✓ Fomentar a regularização e implantação dos Parques Tecnológicos do Distrito Federal
- ✓ Promover a eficiência dos serviços públicos por meio da integração dos órgãos de governo
- ✓ Construir Laboratório Aberto de Apoio a projetos de Tecnologia da Informação, destinado ao desenvolvimento de softwares demandados por pessoas físicas e jurídicas

- ✓ Instituir programa de incentivo à pesquisa destinada à geração de patentes, bem como apoio aos seus registros
- ✓ Instituir a Feira de Ciência e Tecnologia do Distrito para divulgar, premiar e estimular a criatividade científica e tecnológica, integrando-a às Feiras de Ciências das unidades escolares
- ✓ Promover programa de popularização da ciência e tecnologia por meio da qualificação de jovens e adultos
- ✓ Promover apoio a projetos de inclusão tecnológica de idosos e pessoas com deficiência
- ✓ Integrar projetos de desenvolvimento científico e tecnológico à Educação, possibilitando a valorização do conhecimento científico na escola
- ✓ Estabelecer parâmetros para a aquisição e implantação de softwares nos órgãos públicos do DF
- ✓ Instrumentar a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia com vista a implantação de Pesquisa e Inovação Produtiva destinada ao desenvolvimento de programas e apoio à tecnologias de agregação de valor aos produtos gerados no Distrito Federal

10.O SOCIAL

O Distrito Federal ainda possui a maior renda per capita do Brasil. Porém, essa riqueza está concentrada nas mãos de alguns. Propomos desenvolver políticas públicas de inclusão sociocultural: saúde, educação assistência, segurança e manifestações de nossa cultura. Proteger e promover os direitos humanos através de ações e políticas de valorização da juventude, mulher, LGBTT, negros, idosos, pessoas com deficiência, visando formação integral;

- ✓ Melhorar as condições de assistência aos idosos, às pessoas deficientes ou com necessidades especiais, aos moradores de rua e às crianças exploradas ou abandonadas ou em orfanatos, simplificando e incentivando o aumento das adoções;
- ✓ Melhorar a assistência social de forma democrática, transparente, eficiente e eficaz, sempre promovendo ações concretas e eficazes.
- ✓ Daremos condições de sobrevivência à toda população carente e às minorias desassistidas, do recém-nascido ao idoso, sem permitir qualquer tipo de preconceito ou discriminação;

- ✓ Recuperar, melhorar e modernizar os Restaurantes Comunitários para garantir à população almoço diário, com refeição completa, saudável e saborosa. Para as pessoas cadastradas em programas sociais do GDF, o almoço custará R\$ 1,00;
- ✓ Reavaliar e melhorar o plano de suplementação de bolsas dadas pelo DF, atualizando o cadastro e exigindo dos chefes de família que todos seus dependentes em idade escolar estejam estudando regularmente.
- ✓ Adquirir alimentos priorizando os produtores locais;

10.1 JUVENTUDE

A população jovem na sua grande maioria está exposta aos riscos da criminalidade, violência, drogas e desemprego. Nesse quadro é urgente a adoção de projetos e ações que estimulem a geração de oportunidades voltadas a essa parcela da população, assim como novas formas de educação e inserção cultural e social desses jovens.

DIRETRIZES:

- ✓ Garantia de nova oportunidade para todos os jovens que não terminaram a escolaridade básica, através de programas complementares.
- ✓ Garantia de que a Escola seja o principal centro de referência e de convivência da Juventude;
- ✓ Prioridade na redução da vulnerabilidade juvenil, mediante critérios objetivos e políticas integradas;
- ✓ Instituição de mecanismos e projetos de redução da violência em relação aos jovens;
- ✓ Combate à evasão escolar de forma eficiente e inteligente;
- ✓ Estimulo à conclusão da formação básica e de cursos de natureza técnica e profissional, nos moldes do PRONATEC, enfatizando também o desenvolvimento de capacidades para inserção no campo da economia criativa;
- ✓ Adoção de políticas eficazes de estímulo ao primeiro emprego;
- ✓ Estruturação de espaços de apoio e escuta para a Juventude;
- ✓ Realização de programas especiais para a saúde de adolescentes e jovens;
- ✓ Estimulo à prática de esportes e de atividades culturais pelos jovens;
- ✓ Estimulo a ações em que jovens ensinem e apoiem outros jovens;
- ✓ Organização ampla de ações de prevenção, atenção, apoio e atendimento a jovens envolvidos com drogas;

10.2 MULHER

“A questão das mulheres não é das mulheres, é dos homens também, é da sociedade, é um problema de igualdade. Não podemos mais falar em justiça

social sem pensar em uma participação efetiva e em uma condição de igualdade dentro da nossa sociedade. Pensar em desenvolvimento social implica, primeiro, fazer quase o milagre de diminuir nossa desigualdade”.
(Ruth Cardoso)

DIRETRIZES:

- ✓ Resgate das políticas públicas para as mulheres, com a promoção de toda a potencialidade da rede de Proteção Social;
- ✓ Fomento aos direitos de cidadania das meninas, mulheres e idosas, incentivando a criação de comitês comunitários de mulheres comprometidas com o aperfeiçoamento da democracia, com a promoção da ética, da cidadania, de ações sociais e de combate à corrupção e de abusos econômicos;
- ✓ Estimulo à escola de tempo integral e à criação de creches para liberar a mulher para o trabalho e também para os estudos, otimizando os espaços físicos para alfabetização de mulheres adultas;
- ✓ Fomento à capacitação de professores nas questões de gênero, raça-etnia e violência contra as mulheres, visando desconstruir preconceitos e estereótipos;
- ✓ Ampliação da participação das mulheres em todos os escalões da administração pública, observando os princípios da igualdade de condições no preenchimento dos cargos;
- ✓ Estímulo a programas e ações voltadas à prevenção da gravidez precoce, adotando estratégias educativas de sensibilização de adolescentes e apoio integral nos casos de gestação e acompanhamento da mãe e da criança até a idade de 05 anos, além de programas de atendimento à gravidez de risco, partos prematuros e prevenção da mortalidade materna;
- ✓ Instituição de campanhas preventivas de atendimento ao câncer de colo de útero, de mama, de DST; atendimento especial às mulheres quando portadoras de doenças sexualmente transmissíveis; e combate à obesidade e desnutrição infantil.
- ✓ Promoção do atendimento integral à mulher e à criança vítima de violência, tornando a violência contra a mulher uma questão de saúde pública.
- ✓ Aperfeiçoamento da aplicação da legislação de combate à violência doméstica, em especial para proteger mulheres e crianças.

AÇÕES

Programa de habitação de interesse social:

- ✓ Produzir 120.000 residências, eliminando o déficit habitacional no DF
- ✓ Ampliar o atendimento a famílias que se encontram na faixa de renda de zero a três salários mínimos
- ✓ Privilegiar edificações verticais, adequadas ao tamanho e o perfil das famílias, e com uso misto (habitação, comércio, serviços), otimizando a

- utilização das áreas urbanas disponíveis.
- ✓ Ocupar vazios urbanos em diversas cidades no Distrito Federal, aproveitando a infraestrutura implantada e reduzindo a expansão das zonas urbanas.
 - ✓ Estimular a participação de cooperativas e associações na produção habitacional
 - ✓ Estimular a participação de empresas Privadas na produção habitacional através das PPPs.
 - ✓ Articular o programa habitacional do DF com o Programa Minha Casa Minha Vida
 - ✓ Articular os órgãos governamentais para priorizarem a aprovação de projetos habitacionais no Distrito Federal.
 - ✓ Criar linhas especiais de recursos públicos para que as concessionárias de serviços públicos forneçam rapidamente energia, água, transporte e demais serviços às novas áreas habitacionais
 - ✓ Estender o Programa Habitacional do DF para o meio rural para construção de moradias em parceria com as comunidades envolvidas, com recursos do Tesouro do Distrito Federal, para atendimento de famílias de agricultores com renda bruta mensal em torno de 1 salário mínimo
 - ✓ Construir novas unidades habitacionais em parceria com o governo federal, a exemplo do trabalho desenvolvido no Itapoã, Estrutural, Vila Dnocs, Vila São José em Brazlândia e outros, promovendo a eliminação de áreas de risco, preservação do meio ambiente, implantação de infraestrutura básica, construção de equipamentos públicos de Serviços e área de lazer para o convívio coletivo.

Programa de Urbanização

- ✓ Inserir os assentamentos no processo de planejamento da cidade, considerando-os na legislação, nos programas sociais, nos mapas e cadastros de controle do uso e ocupação do solo;
- ✓ Programar regularmente serviços de manutenção e conservação de infraestruturas urbanas e de equipamentos públicos nessas áreas.
- ✓ Implementar obras de engenharia como objetivo de eliminar situações de risco.
- ✓ Introduzir nos assentamentos espaços públicos ,da cidade formal, como ruas e praças além de infraestrutura e serviços públicos, proporcionando sua transformação em novo bairro ou cidade do Distrito Federal.
- ✓ Promover a regularização da área, consolidando o maior número possível de lotes.

Programa de Regularização Fundiária

- ✓ Garantir o acesso da população de todas as faixas de renda a lotes urbanizados e regularizados, assegurando a sua manutenção na área ocupada, com melhoria dos espaços públicos e da sustentabilidade urbanística, social e ambiental.
- ✓ Articulação com as políticas setoriais de habitação, meio ambiente, saneamento básico e mobilidade urbana.

- ✓ Atuar para promover a regularização fundiária urbana e rural, Compatibilizando registros públicos e cartoriais para possibilitar o registro de condomínios e terras no quadrilátero do Distrito Federal e acesso a crédito e políticas públicas.
- ✓ Participação dos interessados em todas as etapas do processo de regularização
- ✓ Estímulo à resolução extrajudicial de conflitos.
- ✓ Promover estudos de viabilidade de regularização de novos adensamentos urbanos para evitar afavelização no Distrito Federal.

NOTA: Com o programa, pretende-se alcançar a meta de 250 mil famílias beneficiadas com a regularização fundiária, incluindo todos os loteamentos e condomínios informais do DF;

Programa de Reforma da Moradia Própria

Retomo do programa Cheque Moradia. Este programa visa assegurar às famílias de baixa renda financiamento para o projeto de melhoria de suas habitações.

Outros programas e projetos

- ✓ Consolidar programa de superação da miséria
- ✓ Desenvolver e apoiar projetos de inclusão produtiva para- idosos, mães de baixa renda, em situação de vulnerabilidade e deficientes
- ✓ Apoiar ações de entidades sociais voltadas à qualificação de jovens em situação vulnerável para o trabalho e empreendedorismo individual e cooperativo
- ✓ Ampliar a rede de Restaurantes Comunitários
- ✓ Fortalecer projetos de qualificação familiar para. o enriquecimento da alimentação familiar e da população de rua
- ✓ Implantar projeto de prevenção da desnutrição em creches da rede pública de ensino do DF e conveniadas
- ✓ Implantar projeto de prevenção da desnutrição para mães gestantes de baixa renda
- ✓ Implantar núcleos de segurança alimentar destinados ao atendimento das populações de rua
- ✓ Expandir a presença• dos serviços público nos territórios, ampliando a rede de CRAS, CREAS, COSES, CENTRO DIA para padrões de cobertura na relação entre usuários, benefícios e serviços socioassistenciais , inclusive nas zonas rurais
- ✓ Ampliar e regionalizar Centros Especializados de Atenção à População em Situação de Rua
- ✓ Reestruturar e ampliar Abrigos Institucionais e República a Pessoas em Situação de Rua
- ✓ Construir Centro Dia para Pessoas Idosas regionalizados em parceria com a Secretaria de Saúde
- ✓ Adequar e reformar Unidades da proteção básica e especial garantido equipamentos e manutenção

- ✓ Implantar CENTRAL DE VAGAS para todos os serviços-sócios assistenciais
- ✓ Implantar o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas
- ✓ Potencializar o Programa de Atendimento Especializado a Família, e atendimentos às vítimas de violência e violação de direitos
- ✓ Estruturar e ampliar os Centro PoP - Centro de Referência para População em Situação de Rua
- ✓ Implantar acolhimento institucional em residência inclusiva para portadores de deficiência
- ✓ Implementar o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
- ✓ Ampliar o Serviço Especializado em Abordagem Social à população em situação de rua com funcionamento do serviço 24 horas
- ✓ Realizar estudo para implantação dos programas Família Acolhedora e Apadrinhamento Afetivo
- ✓ Apoiar as ações das entidades sociais, aprovando projetos e liberando recursos financeiros à implementação das atividades das mesmas em parceria com as Instâncias de Controle Social
- ✓ Incentivar a instalação de Núcleos Urbanos de Produção Familiar para a geração de renda
- ✓ Efetivar a descentralização do acolhimento institucional/Albergue profissionais que atuam nas EEAs e na zona rural
- ✓ Realizar o Georreferenciamento dos Programas Sociais do DF para promover a universalização do atendimento
- ✓ Implantar sistema de busca ativa dos beneficiários dos programas sociais
- ✓ Implantar Banco de dados Social com informações das secretarias que operam políticas sociais
- ✓ Criar e Integrar instâncias de participação como fóruns colegiados e movimentos sociais comprometendo-se com a articulação e controle social
- ✓ Implementar Programa de regulação dos serviços conveniados com organizações sociais por meio do Vínculo SUAS;
- ✓ Garantir estrutura adequada para o funcionamento dos Conselhos, com veículo, mobiliário, recursos tecnológicos e recursos humanos

Projetos:

- Mãezinha Brasiliense: Nascer Saudável — Pré-Natal
 - Aconchego — Distribuição Enxovais
 - Mãe Crecheira — Atendimento no Domicilio
- Bolsa Universitária
- Bolsa Escola
- Bolsa Alfabetização

- Bolsa Atleta.
- Bolsa Social
- Pão e Leite
- Isenção de Tarifas Públicas
- Cheque Moradia
- Cesta Verde
- Ver Melhor
- Picasso não Pichava
- Atelier de Talentos
- Show da Comunidade - Teatro, Festival de Poesia e Show
 - Esporte à Meia-Noite
 - Escola de Campeões — Escolinha para Jovens
 - Campeão Varzeano — Peladeiro.
 - Restaurantes da Solidariedade (restaurantes comunitários)

Parques Infantis.

- Equipamentos Urbanos para Idosos.
 - Equipamentos Urbanos para Portadores de Necessidades Especiais
 - Agentes Jovens — Primeiro Emprego
 - Frentes de Trabalho
- Renda Minha
- Trabalho Que Trabalha
- Arte por Toda Parte
- Dia Feliz: - Natal da Solidariedade — Brinquedos com Papai Noel
- Sorriso de Criança — Festas dia das Crianças
 - Amor Eterno — Evento Dia das Mães
 - Inclusão Digital: Projeto Deletando a Exclusão - Capacitação Digital
 - Acesso à Internet
 - Lixo que é Luxo - Limpeza a Galope - Envolvimento dos Carroceiros
 - Ecopontos — Pontos de recolhimento
 - RecycleREAL — Mini-Indústrias de reciclagem

- Paz no Trânsito (manutenção)
- Ciclo faixas — Faixas para Ciclistas
- Pedestre Amigo

11. MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Desde os primórdios, o ser humano busca qualidade de vida e, nesse sentido, se vale dos recursos do meio ambiente e da sua capacidade empreendedora para encontrar condições satisfatórias de sobrevivência, saúde e bem-estar. Todavia, as gerações se sucederam sem firmarem entre si compromissos com a sorte do Planeta Terra, pois não atinavam que os recursos minerais são finitos e lhes cabia, sempre, a responsabilidade de preservá-los. Nos últimos séculos, novas e impactantes formas de produção e consumo descompensaram o equilíbrio de ecossistemas, cuja percepção mais aguda impôs às nações desenvolvidas a formulação do conceito de desenvolvimento sustentável. Seu alcance visa assegurar equilíbrio entre o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção do meio ambiente.

Com foco no Distrito Federal e percepção factual da sua recente história, verificou-se que a ocupação do seu espaço físico original não aconteceu de acordo com os índices de previsibilidade constantes no planejamento da Nova Capital. Pois cálculo passado subestimou potenciais da mobilidade geográfica, cujo curso migratório excedente gerou aqui, por pressões sociais, posse desordenada do solo, ação predatória de grileiros, algumas vezes contando com a leniência de autoridades governamentais, algumas das quais, não exerceram seu vigilante poder-dever de agir. Assim sendo o nosso bioma do Cerrado foi duramente atingido; seus valiosos atributos acusam graves sequelas, a clamar – em grau de valor e premência – por formulação adequada de políticas públicas e sua efetiva execução.

Nessas condições graves e desafiadoras, as seguintes diretrizes a seguir para o quadriênio 2019-2022 são apresentadas aos brasilienses – com selo de respeito à confiante expectativa de serem executadas - isto porque sua execução é realmente viável, levando-se em rigorosa conta seu baixo custo compatível com as limitações financeiras dos recursos públicos.

DIRETRIZES:

- ✓ O DF deve observar com rigor os 17 ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, da qual o Brasil é um dos 193 países signatários. Em seu inteiro corpo, esse documento demanda: a) a erradicação da pobreza; b) promoção da prosperidade compartilhada; e c) gestão integrada e sustentável dos recursos naturais e do ecossistema.

- ✓ Em conjunto harmônico, as ações de governo ora se definem de inteiro acordo com eficientes princípios de gestão e absoluta transparência, cuja aplicação há de produzir sinergia coparticipativa dos agentes governamentais. Nesse sentido, os atuais instrumentos de atividades meio e fim serão devidamente readequados;
- ✓ O presente modelo de ações sustentáveis foi calcado pela compreensão técnica de que o sistema ecológico é composto de uma série de fatores coligados, cuja interação com os eixos de saneamento básico deve beneficiar destacadamente o homem, o solo, a flora, a fauna e os recursos hídricos – eis assim a água nossa de cada dia, fonte de vida. Portanto, em visão ampla, já não basta combater extinção de espécies nativas; muito além, importa destinar à Natureza condições para que possa exercer, em plenitude, o seu poder proativo e resiliente;
- ✓ A realização dos trabalhos programados envolverá a participação ativa das comunidades carentes de soluções para os problemas que lhes afetam diretamente, tanto por adesão individual (consciente e deliberada), quanto por engajamento de grupos sociais tipicamente representativos (escolas, igrejas e forças vivas da sociedade organizada). Enfim, o Governo de mãos dadas com o povo cuja presença e ação hão de provar que quem preserva a Natureza faz amor com a vida.
- ✓ Para cultivo permanente de boas práticas sanitárias, importa aos grupos comunitários exercer papéis de fiscalização e contribuição pessoal para que se efetivem disposições contidas na Lei nº 12.305, de 2 de dezembro de 2000, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Nesse sentido, programas educacionais visarão à formação de atitudes solidárias.
- ✓ Criar mecanismos de gestão modernos, ágeis, competentes e eficazes para vigilância e recuperação das áreas de proteção permanentes (APP's), tendo os mananciais como alvos de atenção prioritária.
- ✓ Elaborar amplo programa de intervenções tecnológicas sustentáveis em escolas, prédios públicos e privados, assim como em unidades domiciliares, a propiciar, destacadamente:
 - a) captação de água da chuva; e
 - b) uso intensivo de águas cinzas (reuso de volumes hídricos consumidos).
- ✓ Estimular as novas tecnologias que caminham para metas do “lixo zero”.
- ✓ Incentivar e implantar com ousadia as energias renováveis no DF. No caso das áreas rurais, ou localizadas em posição longe dos centros urbanos, deve-se priorizar a energia fotovoltaica de origem solar.

12. CULTURA

12.1 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DA POLÍTICA CULTURAL

Em Dezembro de 2017 entrou em vigor a Lei Complementar n. 934, que instituiu a Lei Orgânica da Cultura no Distrito Federal, - LOC DF estabelecendo uma série de normativas para o setor da Cultura no DF para os próximos 10 anos.

Neste novo modelo de política cultural está a instituição do Sistema de Arte e Cultura da Capital Federal, importante ferramenta que cria mecanismos de gestão, descentralização das ações e dos recursos do setor produtivo cultural.

Dentre estes mecanismos proporcionados pela nova lei está o da transferência direta de recursos oriundos do Governo Federal para o Fundo de Políticas Culturais do DF, anteriormente só possível através de convênios entre o Ministério da Cultura e a Secretaria de Cultura do DF.

Porém a determinação mais importante do ponto de vista financeiro imposto pela lei é a de que todos os recursos destinados ao Fundo de Apoio a Cultura – FAC, advindos dos 0,3% da receita corrente líquida do Governo do Distrito Federal não mais poderão ser retidos ou remanejados.

Além disto todo o superávit de um ano (que vale a partir de 2017) se somará ao orçamento do FAC do ano seguinte ou seja a soma dos orçamentos do FAC de 2017 e de 2018 somará mais de 80 milhões para ser investido em produção cultural como exemplo.

Dentro dos novos critérios os produtores culturais poderão apresentar agora dois projetos/ propostas em vez de um só.

Para aumentar a segurança jurídica nas contratações de artistas e diminuir as fraudes nos cachês, caberá ao Governo através da Secretária de Cultura estabelecer o quanto vai pagar pelo evento nas datas e tempos previstos, balizado nos preços de mercado e não mais no que o artista acha que deve ganhar.

Certamente estas mudanças são apenas um “primeiro passo” no que tange aos novos rumos para melhorar o setor cultural, elas carecem de complementações e melhorias que terão que ser assumidas pela nova administração. Uma das mais importantes tarefas da nova Secretaria de Cultura será também a criação de mecanismos para fiscalizar a aplicação destas normativas após sua complementação, melhorias e a consequente implantação.

Sem dúvidas a LOC só foi concebida graças as postulações, demandas e reclamações da própria cadeia produtiva cultural do DF que clamava pelas mudanças enquanto este governo se mantinha omissos aos apelos do setor.

Resta agora um trabalho de reconstrução do setor que foi desmantelado pela ausência de políticas públicas e gestão por parte do governo atual e o fortalecimento da cultura que terá que ser feita pela união e fortalecimento dos próprios atores que integram a cadeia produtiva cultural do DF.

12.2 POLÍTICA CULTURAL

- ✓ Concentrar na Secretaria de Cultura a tarefa de promover e administrar a produção cultural nos espaços culturais do DF, organizando e coordenando a realização dos eventos e das atividades culturais, definindo a utilização das verbas do Fundo de Apoio a Cultura – FAC, e das leis de incentivo a cultura em sintonia com o que determina a LOC;
- ✓ Instituir uma estrutura jurídica atualizada em relação às normativas gerais buscando consolidar mecanismos de fomento que garantam a segurança e a manutenção dos critérios determinados pelas normativas vigentes, pelas novas regulamentações que serão criadas pela nova administração e pelas leis relacionadas com a cultura no DF e no país, fortalecendo a transparência na implementação de projetos e programas culturais e na contratação de eventos e artistas;
- ✓ Buscar a unidade e integração entre os diversos participantes da produção cultural do DF, buscando o incremento destas ações, a valorização dos produtores, artistas e gestores culturais, a qualificação de todos os recursos humanos envolvidos com o setor e a geração de emprego e renda de maneira geral;
- ✓ Promover o aperfeiçoamento dos Conselhos de Cultura nas Cidades Satélites, reformulando critérios antigos e criando novos, estabelecendo novas diretrizes de atuação que melhorem a qualidade dos serviços prestados, dos eventos e projetos relacionados com a cultura do DF, implementando as disposições e determinações do Sistema de Arte e Cultura da Capital Federal;
- ✓ Reformular o Fundo de Apoio a Cultura – FAC, estabelecendo novos critérios de igualdade para apresentação de projetos e recebimento de recursos, transformando em normas as novas rotinas criadas e fazendo a devida divulgação pública sempre em conformidade com o que estabelece a LOC;
- ✓ Ampliar as fontes para incorporação de recursos ao FAC através de convênios, emendas parlamentares e/ou de bancada, recursos do Ministério da Cultura, de apresentação de projetos especiais, das leis de incentivo a cultura e outras fontes relacionadas com renúncia fiscal provenientes das várias modalidades de arrecadação de impostos que o Distrito Federal pratica, em prol da cultura sem prejuízo dos programas de captação de recursos em parceria com a iniciativa privada com vistas a aplicação no Sistema de Arte e Cultura da Capital Federal;
- ✓ Com o redirecionamento do BRB que passará a atuar fortemente como um banco de fomento em diversos segmentos, criar condições para que a produção cultural de Brasília possa acessar recursos financeiros, através de financiamentos, patrocínios como contrapartida o banco fará a gestão de todos os patrocínios culturais de outras empresas e órgãos do GDF, informações, prestação de serviços diversos aos produtores culturais, com vistas ao estabelecimento de uma nova postura do setor cultural em relação ao seu potencial de geração de riquezas passando a

funcionar como Matriz Econômica de Desenvolvimento Sustentável, de geração de negócios, de criação de empregos e renda tendo inclusive a força da realização dos eventos culturais como mais um veículo de arrecadação de recursos e de aperfeiçoamento do capital humano;

- ✓ Trabalhar de maneira transversal e integrada, os grandes temas do cenário cultural do DF e do Brasil, implementando projetos de grande relevância sócio cultural, especialmente os que possam ter continuidade, sustentabilidade e que gerem desenvolvimento econômico, movimentação financeira para diversos segmentos, contribuindo para consolidar a cultura como Matriz Econômica de Desenvolvimento Sustentável. Exemplo de projeto a ser trabalhado: “Transformar o Festival de Cinema de Brasília no maior festival de cinema do Brasil”, transformar Brasília na CAPITAL NACIONAL DA CULTURA;
- ✓ Promover a adequação ambiental dos monumentos do entorno sob responsabilidade do Governo do Distrito Federal;
- ✓ Promover o respeito ao direitos humanos básicos, fundamentais na constituição da subjetividade, constituída de diversas linguagens da expressão humana e manifestações sociais como das minorias raciais, grupos LGBTs entre outros , produtores de bens simbólicos, bem como a expressão da identidade brasileira, instrumento de coesão social e de posicionamento de nossa identidade no exterior, promover sempre o combate ao racismo e ao preconceito, o respeito as crenças e religiões, condições fundamentais para geração de auto-estima e a manutenção de uma sociedade mais justa e com a necessária manutenção da paz;

12.3 INCREMENTO DA CADEIA CULTURAL

- ✓ Elaborar de maneira integrada e meios digitais o mapeamento do setor de cultura em todas as suas manifestações e em cada cidade satélite atualizando dados, definindo quais são as respectivas vocações e potenciais culturais de cada uma destas comunidades, além de registrar as reais demandas, com vistas a dispor de um documento referencial sobre o setor no DF capaz de nortear as ações a serem consideradas pela nova administração (Esta ação poderá ser inserida dentro do escopo de atuação do projeto NOSSA CAPITAL, já constante neste documento e transversal com o plano de governo de turismo);
- ✓ Trabalhar um novo modelo de projeto para revitalizar a Cultura no Distrito Federal, que respeite as recomendações da Convenção da Unesco sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, que fortaleça a diversidade cultural, estimulando as manifestações e expressões de todos os grupos étnicos e tendências artísticas e de reconhecimento da cultura em consonância com os artigos 215 e 216 da Constituição Federal em consonância com a LEI ORGÂNICA DA CULTURA DO DF;

- ✓ Criar um Comitê Temático Cultural de Fomento, que em parceria com o BRB, iniciativa privada e outras instituições, Governo Federal através de seus órgãos de fomento e Bancos Sociais com estas atribuições, terá a finalidade específica de reunir todos os grandes eventos e projetos importantes, criando condições e meios para que estes eventos se realizem e tenham continuidade, entre eles, CIDADE DA MUSICA, SAMBÓDROMO, MUSEU DO ROCK, CENTRO DE DIFUSÃO SÓCIO CULTURAL E TURÍSTICA DO DF, CENTRO DE INTEGRAÇÃO SÓCIO CULTURAL DA MELHOR IDADE. Dentro destas premissas trabalhar juntamente com o BRB uma nova concepção do resultado financeiro gerado pelo produto cultural como MATRIZ ECONÔMICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, geradora de riquezas e aperfeiçoamento do capital humano;

12.4 PROJETOS E OBRAS FUNDAMENTAIS INTEGRADAS

- ✓ Implantar o projeto Parque da Cidade e Cidadania onde serão desenvolvidas atividades de cultura, turismo, cidadania, saúde e lazer contemplando um calendário previamente planejado para o ano todo prevendo atividades complementares e integradas (projeto integrado com o plano de governo de turismo).
- ✓ Selecionar os eventos de relevância sócio cultural e importância econômica para o DF criando uma base de apoio e incentivos oficiais (Comitê Temático Cultural) para sua realização e continuidade, como exemplo, eventos de preservação cultural dos diversos estados presentes na capital, do nordeste como: o São João do Cerrado, de vários estados como a Festa dos Estados, eventos teatrais, cinema e vídeos, eventos das associações de criadores de cavalos, dos Centros de Tradições Gaúchas, eventos como concursos de Misses, Espaço Renato Russo, eventos de Rock, Parque Sonoro, Projeto Comunidade, Festa do Morango, Agrobrasília, Feira do Livro, arte e artesanato, lançamentos culturais de obras e produções artísticas, entre outros. Todos estes projetos deverão ser avaliados e relatados pelo Comitê Temático Cultural para serem reconhecidos como oficiais e de interesse sócio cultural e econômico, enquadrados na LOC passando a integrar a lista de eventos oficiais do Comitê. (Projeto integrado com o plano de governo de turismo).
- ✓ Revitalização do antigo TOURING CLUBE de Brasília para instalação do projeto CENTRO INTEGRADO DE DIFUSÃO SÓCIO CULTURAL E TURÍSTICA DO DF, para atendimento integrado de apoio aos artistas, produtores culturais, artesãos, aos Turistas, entidades relacionadas e a comunidade local, funcionando como um ponto de difusão da cultura, do turismo e do artesanato local (projeto integrado com o plano de governo de turismo).

- ✓ Implementação do projeto LINK CULTURAL, onde todos os eventos liberados pelo GDF, todas as casas de espetáculo deverão dispor de uma cota de ingressos para ser distribuída na rede pública de ensino, com critérios pré-estabelecidos, bem como deverão inserir como contrapartida, uma abordagem cultural, turística ou social em seu contexto através das redes sociais previamente, e no local do evento antes ou depois de sua realização.
- ✓ Criação do CENTRO INTEGRADO SÓCIO CULTURAL DA MELHOR IDADE, uma estrutura física e equipe multidisciplinar que vai trabalhar com temas da maior importância sugeridos pela Associação Brasileira da Melhor Idade – ABMI, como a integração intergeracional dos idosos, a violência contra os idosos, as ações que dispõem os decretos do Compromisso Nacional do Envelhecimento e do Ano Amigo do Idoso e do combate ao isolamento da Pessoa Idosa. Além disto o Centro contará com atendimento fisioterápico, nutricional, psicológico, médico e jurídico, trazendo um projeto de atendimento ao idoso no que tange ao Turismo Sócio Cultural da Melhor Idade. Este projeto está contemplado dentro do Comitê Temático Cultural que será criado para viabilizar os grandes projetos do novo governo tanto em implantação, logística de operação e de recursos para sua sustentabilidade. (Projeto integrado com o plano de governo de turismo).
- ✓ Recuperação, reforma e/ou revitalização de todos os espaços culturais do DF, principalmente: Teatro Nacional, Museu da República, Museu de Artes de Brasília, Cine Teatro Itapôa, Pólo de Cinema de Sobradinho, as obras de Athos Bulcão, entre outros, apresentando projetos para o BNDS buscando recursos a fundo perdido para estas obras e para a respectiva manutenção destes espaços.
- ✓ Criar uma incubadora de projetos culturais para apoiar a formulação e realizações de artistas e produtores.
- ✓ Criar circuitos de teatro, poesia, dança e cinema visando mostrar a produção cultural.
- ✓ Implantação do Sambódromo de Brasília dentro de um espaço Multiuso, para aproveitamento de várias ações e projetos culturais especialmente os relacionados com o carnaval e o samba, tendo a comunidade local como principal usuário e realizadora de eventos, projetos, cursos de qualificação e formação nos diversos campos relacionados, durante todo o ano. Os projetos de engenharia, físico e financeiro com a participação inclusive de Niemayer em sua concepção, já estão prontos;
- ✓ Criação da CIDADE DA MÚSICA para abrigar de forma integrada projetos relacionados com a música e com as demais produções culturais do DF. Dentro deste espaço um dos projetos integrados será a construção do museu do ROCK, implantação da CTN - Centro de Tradições Nordestinas, Casas de Culturas de outros estados presentes no DF (visando a preservação da identidade cultural especialmente na música), escolas de música, cursos de aperfeiçoamento e formação de profissionais do setor.

13. TURISMO

Uma gestão moderna e eficiente, capaz de atender as demandas de todos os segmentos e contemplar as necessidades das pessoas é, sem dúvidas um desafio para qualquer governante.

Certamente nenhum gestor poderá cumprir esta tarefa sem um planejamento consistente e de largo alcance, sem prejuízo das ações de curto e médio prazo que terá que adotar de imediato.

Pela primeira vez vamos seguir uma nova diretriz em relação ao turismo no Distrito Federal. Acertadamente, será elaborado um PLANO DIRETOR para o setor. Este plano diretor para o turismo deverá integrar um PLANO DE ESTADO que será construído ao longo da nova administração e pactuado com as instituições, Poder Público, Legislativo e Sociedade Civil, contemplando um planejamento para todos os setores do governo.

Consideramos, portanto, que o estabelecimento de regras claras e permanentes para o setor de turismo no DF, levará a um ambiente sustentável, ideal para a atração de investimentos nacionais e internacionais, garantirá condições para que os negócios e contratos sejam realizados com segurança jurídica, proporcionando crescimento econômico, desta forma, integrando Brasília no circuito dos principais destinos turísticos do mundo.

13.1 METAS ESTRATÉGICAS

- ✓ Adoção de estratégias de organização institucional que garantam e consolidem a integração dos diversos segmentos sociais, empresarias e governamentais envolvidos, resultando em investimentos, empreendedorismo, multiplicação de eventos, aquecimento da ocupação da rede hoteleira, fomento de negócios, emprego e qualificação das pessoas.
- ✓ Selecionar os eventos de relevância sócio cultural e importância econômica para o DF criando uma base de apoio e incentivos oficiais para sua realização e continuidade, como exemplo, eventos de preservação cultural dos diversos estados presentes na capital, do nordeste como: o São João do Cerrado, Festa dos Estados, eventos das associações de criadores de cavalos, dos Centros de Tradições Gaúchas, eventos como concursos de Misses, Espaço Renato Russo, Porão do Rock, Parque Sonoro, Projeto Comunitude, Festa do Morango, Agrobrasília, Feira do Livro, arte e artesanato, entre outros.
- ✓ Reformulação e fortalecimento do Conselho de Desenvolvimento de Turismo - CONDETUR que passará a ser formulador da política de turismo do DF, interagindo com todo o trade, além de analisar e dar parecer sobre os projetos/eventos/ações de turismo, criando as câmaras temáticas e entre elas a de Eventos Oficiais.

- ✓ Propor emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal com vistas a dotar o Fundo de Fomento à Indústria do Turismo do Distrito Federal – FITUR/DF, de recursos vinculados e obrigatórios do DF, incluindo recursos provenientes de Incentivo fiscal de parcela do ISS e ICMS das empresas que participem do Programa Geral de turismo do DF, e do Fundo de Incentivo ao Turismo através de recursos de outras fontes, emendas parlamentares e Ministério do Turismo.
- ✓ Propor e organizar as parcerias da iniciativa privada e junto ao GDF para recuperar e desenvolver o recém-criado Instituto do Parque da Granja do Torto, tendo como base a manutenção das parcerias com as entidades que comprovadamente mantiveram o parque em funcionamento e tem ação sócio cultural e turística e contribuição real para o desenvolvimento da economia do DF dentro do espaço do parque e/ou relacionados a ele.

13.2 AÇÕES ESTRUTURANTES

- ✓ Elaboração do PLANO DIRETOR DE TURISMO. Será construído ao longo do primeiro ano de governo com a participação de todas as instituições do setor e da sociedade civil, sendo coordenado pelo CONDETUR que receberá as orientações do executivo e ratificará o documento na Câmara Distrital.
- ✓ Introdução e aplicação da Metodologia GESTUR – Gestão de Segurança em Turismo, uma metodologia moderna que trabalha os espaços urbanos e espaços rurais na segurança preventiva dotando as comunidades de equipamentos e técnicas de segurança já utilizadas com êxito em vários países turístico do mundo.
- ✓ A técnica mapeia, analisa e trabalha de forma que a própria comunidade saiba interagir com os problemas e as forças de segurança da região preventivamente.
- ✓ Criação dos Polos de Desenvolvimento Turístico – POLOTUR, estabelecendo Eixos de Desenvolvimento Econômico, com vistas a prospecção e fixação de grandes investidores nacionais e internacional no setor de turismo, a formação de capital humano de excelência, emprego e renda.
- ✓ Reunir e organizar todos os processos de legalização e normatização em um grupo de trabalho multidisciplinar para tratar e agilizar o funcionamento destas atividades, tais como Guias de Turismo, Transportadores Turísticos, Taxis, Uber, Transportes Fluviais e lacustres, Turismo Rural, atividades equestres, atividades ligadas aos lagos, rios e córregos, atividades de montanhismo, ciclismo, e outras que estejam relacionadas com turismo, mas não estejam regulamentadas ou em processo.
- ✓ Implementação de programa de fomento ao turismo Rural com a criação de linhas de crédito junto ao BRB para financiamento de reformas e

construções de instalações turísticas no espaço rural do DF e o desenvolvimento do PLANO DIRETOR DO TURISMO RURAL SUSTANTÁVEL, com a formatação do produto turístico rural dos empreendimentos mapeados e as especificações sobre a participação de cada um no contexto do setor. O BRB poderá financiar a elaboração do Plano Diretor como instrumento de avaliação e análises para concessão dos recursos e como balizador das condições de financiamento, onde as próprias instalações e projetos garantam os empréstimos e incentivos.

13.3 INTERVENÇÕES URBANAS

- ✓ Modernização da infraestrutura do turismo no Plano Piloto, permitindo que o turista, a comunidade local e o trade, disponham de um sistema de sinalização, informações e apoio moderno, eficiente e abrangente, condizente com a capital do país. Um sistema que possa ser acessado pela internet, aplicativos e totens.
- ✓ Reinstalação dos Centros de Atendimento aos Turistas – CAT's e a revitalização do antigo TOURING CLUBE para instalação do CENTRO INTEGRADO DE DIFUSÃO SOCIO CULTURAL E TURÍSTICA DO DF, para atendimento e Apoio aos Turistas, a comunidade local, produtores de eventos, artesãos, artistas e entidades relacionadas.
- ✓ Agilizar o desenvolvimento do projeto de expansão do complexo aeroportuário JK, interagindo com o concessionário na otimização das ações de implantação das medidas oficiais, estabelecimentos de parcerias nacionais e internacionais, criação de empregos e qualificação dos trabalhadores, buscando a integração com os demais setores do GDF.
- ✓ Revitalização e ampliação das áreas de estacionamento próximas do Centro de Convenções, Clube do Choro e adjacências, criando a possibilidade de PPP's para estacionamentos subterrâneos nestas áreas e estacionamentos pagos nos perímetros de grande fluxo como o setor comercial e bancário.
- ✓ Desenvolver projeto integrado para reestruturação do recém-criado Instituto Parque Granja do Torto com parcerias da iniciativa privada, poder público e outras instituições de cunho privado e de interesse público que atuem no setor com vista a revitalizar o parque, criar estrutura para eventos nacionais e internacionais, promovendo a utilização permanente do espaço com exposições, simpósios, grandes eventos, cursos e treinamento, leilões, etc.

13.4 PROJETOS ESPECIAIS PARA O TURISMO

- ✓ Implementação do projeto TURISMO SÓCIO CULTURAL, onde todos os eventos liberados pelo GDF, todas as casas de espetáculo deverão dispor de uma cota de ingressos para ser distribuída na rede pública de ensino, com critérios pré-estabelecidos, bem como deverão inserir como contrapartida, uma abordagem cultural, turística ou social em seu contexto.
- ✓ Projeto ESCOLA INTERNACIONAL DE TURISMO, para a formação do capital humano de excelência especialmente no âmbito do turismo arquitetônico, hotelaria e gastronômico com ênfase a realização de grandes eventos nacionais e internacionais.
- ✓ O projeto prevê a implantação de uma escola internacional de turismo, que atuará de forma integrada promovendo intercâmbios de conhecimento internacional para aprimoramento da formação nacional nas áreas de Arquitetura, Hotelaria e Gastronomia;
- ✓ Implantação do CENTRO INTEGRADO DE DIFUSÃO SÓCIO CULTURAL E TURÍSTICA DO DF, para atendimento e Apoio aos Turistas, a comunidade local, produtores de eventos, artesãos, artistas e entidades relacionadas. O Centro será instalado no prédio do antigo Touring Clube de Brasília, preparado para ser uma referência nas artes e no artesanato;
- ✓ PROJETO PARQUE DA CIDADE E CIDADANIA, transformar o parque da cidade em um espaço de cidadania, cultura, turismo e saúde, através da realização de ações e eventos planejados em um calendário anual. Estes eventos serão trabalhados com a iniciativa privada e estarão em sintonia um com o outro, de forma integrada cumprindo os propósitos mencionados acima. Os equipamentos urbanos do parque deverão ser recuperados e adequados a este propósito, dentro de uma parceria com a iniciativa privada e novos permissionários, sendo revistos todos os critérios das permissões existentes para que sejam regularizadas.

14. ESPORTE E LAZER

Cabe ao Estado organizar e executar atividades de esporte e lazer formais e não formais como contrapartida ao direito de cada cidadão. Também é direito de todos um tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional, incentivando às manifestações desportivas de criação nacional.

Desta forma, será de grande importância o papel da secretaria de Esporte e Lazer, na condução do incentivo ao lazer de forma geral e da promoção social.

14.1 AÇÕES ESTRUTURANTES

- ✓ Criação da Loteria Distrital ;
- ✓ Regulamentação da Lei de Incentivo ao Esporte no Distrito Federal;
- ✓ Execução do FAE;
- ✓ Criação da Bolsa Atleta Olímpica e Paraolímpica;

- ✓ Elaboração e promulgação da Lei do Passe Atleta para os atletas;
- ✓ Vinculação de 1% (um por cento) do orçamento Distrital para o esporte;
- ✓ Criação de ferramentas governamentais para facilitar o acesso aos recursos financeiros;

14.2 INTERVENÇÕES URBANAS

- ✓ Fomentar a reforma, melhoria ou criação de centros comunitários de esporte e lazer, com ênfase nas modalidades praticadas na localidade;
- ✓ Concluir o projeto Vilas Olímpicas, priorizando a gestão aos atletas e instituições de renome nacional e internacional, vinculados à Brasília;
- ✓ Assegurar infraestrutura esportiva qualificada e adequada para as Escolas Públicas do Distrito Federal, com prioridade para os profissionais de educação física;
- ✓ Parques do Distrito Federal: Reformar, melhorar ou implantar, no mínimo, um parque multiuso, em cada Região Administrativa, focando esta ação na política de lazer e meio ambiente;
- ✓ Fazer dos parques um local de integração social, desenvolvendo projetos como o circuito ecológico e saúde no parque;
- ✓ Determinar que toda reforma, construção de instalações ou implementação de equipamentos esportivos deva ser atrelada a implantação de programas e projetos (ABNT);
- ✓ Implementar a recuperação, modernização e criação de centros esportivos para o treinamento;

14.3 ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

- ✓ Implantar a prática esportiva em 100% das escolas públicas;
- ✓ Fomentar a prática esportiva entre a população jovem;
- ✓ Promover a valorização da cultura esportiva nas escolas públicas;
- ✓ Desenvolver programas de conscientização da comunidade escolar da importância do esporte como instrumento, significativo, de educação;
- ✓ Desenvolver programas e projetos em conjunto com as secretarias de educação, justiça, saúde e meio ambiente,
- ✓ Criar, desenvolver e implantar programas de inclusão de jovens na cadeia produtiva e arranjos sustentáveis locais para a juventude;
- ✓ Colocar Brasília entre os 05 primeiros Estados no esporte competitivo;
- ✓ Reativação do Conselho de Educação Física, Esporte e Lazer do DF;
- ✓ Criar uma política Pública de Estado de Organização e integração do esporte educacional, de participação e alto rendimento no Distrito Federal;
- ✓ Estimular a criação de Tribunais de Justiça Desportiva em todas as modalidades e apoiar os já existentes;

14.4 VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

- ✓ Garantir a formação permanente de 100% dos recursos humanos dos programas Distritais de esporte e lazer que atuem nas escolas públicas, praças, parques e espaços comunitários de todas as secretarias de governo;
- ✓ Desenvolver e implementar programa de gestão de entidades e instalações esportivas, voltado para a gestão e para as melhores práticas;
- ✓ Promover a capacitação permanente dos servidores públicos, gestores, profissionais, agentes e responsáveis pelos programas sociais de esporte e lazer.
- ✓ Implementar política distrital de formação e valorização continuada e permanente dos profissionais e integrantes do sistema de esporte.

PRIORIDADES:

- 1ª - Implantar a prática esportiva em 100% das escolas públicas;**
- 2ª - Reativação do Conselho de Educação Física, Esporte e Lazer do DF;**
- 3ª - Criar uma política Pública de Estado de Organização e integração do esporte educacional, de participação e alto rendimento no Distrito Federal.**

15.AGRICULTURA

15.1 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A área rural não pode abrir mão da sua vocação e responsabilidade maior, que é produzir alimentos e matérias primas de boa qualidade, compatibilizando sua realidade produtiva com a legalização que é regularização da ocupação das terras mediante a emissão de escrituras e registros em cartório das propriedades.

Entende-se que a implementação de uma instituição com personalidade jurídica como Instituto, mediante o desmembramento de entidades já existentes como a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP e Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI, tornará o processo de legalização das terras rurais no Distrito Federal muito mais ágil e eficiente, com possibilidade concreta de realização das ações necessárias nos próximos quatro anos.

Como forma operacional legislativa, entende-se ser necessária a recepção no âmbito do Distrito Federal da Lei nº 13.465/2001, como forma de estabelecer a segurança jurídica para os gestores públicos.

AÇÕES:

- ✓ Articular com o Poder Legislativo Distrital a recepção da Lei nº 13.465/2017.
- ✓ Articular a implementação do Instituto da Terra do DF.
- ✓ Atuar para promover a regularização fundiária rural, compatibilizando os registros públicos e cartoriais para possibilitar o registro de terras no quadrilátero do Distrito Federal e acesso à crédito e políticas públicas.
- ✓ Criar mecanismo que assegure a escritura e o registro de todos os imóveis rurais pendentes de regularização.

15.2 SEGURANÇA NA ÁREA RURAL

Á área rural do Distrito Federal é uma região de grande produtividade agrícola, com cerca de 400 mil hectares onde vivem aproximadamente 120 mil pessoas em 19 mil estabelecimentos rurais, sendo 46,1% de agricultores familiares.

A gestão será coordenada pela Secretaria da Segurança Pública (Polícia Militar) e Polícia Civil, com implantação de infraestrutura física no local e utilização de tecnologias com veículos equipados com GPS e um contingente de policiais satisfatório para as necessidades.

Os pontos de localização para as Unidades de Segurança são os seguintes:

- 1) BR-020 com a DF-100 “Cock Natura”;
- 2) DF-250 com a DF-100 Trevo do Alemão;
- 3) DF-250 com a DF-130 Rajadinha;
- 4) DF-100 com DF-285 Núcleo Rural Jardim/Palmital Saída para Minas;
- 5) DF-130 BR DF-251 Café 100 Troco;
- 6) BR-080 com GO-424 Currálinho Divisa DF/Brazlândia - GO/Padre Bernardo;
- 7) BR-060 com DF-180 Núcleo Rural Monjolo próximo a Santo Antônio Descoberto;
- 8) BR-251 com DF-140 Nova Betânia Rodovia (Diogo Machado);
- 9) GO 118 com DF 345 – Entroncamento São Gabriel com Distrito de Planaltina de Goiás;
- 10) BR 060 – Núcleo Rural Engenho das Lajes.

AÇÃO:

- ✓ Implantar postos integrados de Unidades de Segurança da Polícia Militar em locais estrategicamente identificados.

15.3 EDUCAÇÃO PRÁTICA

A Educação Prática deve incentivar os jovens ao Programa de Viveiristas e Plantadores de Mudas recuperadoras de água com semeadura direta de plantas (mudas) nativas, inclusive cercamento para evitar predadores.

A gestão será coordenada pela Secretaria de Educação com parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, EMATER, EMBRAPA, UNB entre outras instituições que desenvolvam atividades educacionais voltadas para área profissionalizante.

AÇÃO:

- ✓ Criar escolas de educação prática nos Núcleos Rurais.

15.4 INCENTIVO AO PRODUTOR DE ÁGUA - PRODUZIR & PRESERVAR

O Programa de Incentivo ao Produtor de Água é um programa de adesão voluntária no qual são beneficiados produtores rurais que, por meio de práticas e manejos conservacionistas e de melhoria da cobertura vegetal, venham a contribuir para o abatimento efetivo da erosão e da sedimentação, e para o aumento da infiltração de água, segundo o conceito provedor-recebedor. As ações governamentais são voltadas principalmente para o fornecimento de mudas, plantio de árvores, semeadura direta de plantas nativas e cercamento.

As principais práticas conservacionistas apoiadas pelo programa estão distribuídas em duas áreas:

A primeira (Práticas Vegetativas) diz respeito à manutenção de áreas florestadas, reflorestamento, plantio em nível, plantio direto, recuperação de pastagens e sistemas agrosilvopastoris.

A segunda (Práticas Mecânicas) compreende: Readequação de estradas, terraceamento, bacias de infiltração e recuperação das áreas de proteção permanente - APP's e reserva legal.

Os pagamentos, que são sempre efetuados após a implantação do projeto proposto, são baseados em custos de referência pré-estabelecidos com base em duas metodologias:

Custo de Oportunidade – O valor do arrendamento da área objeto de florestamento é um valor real, pois retrata as condições locais de mercado; e

Avaliação de Performance – O impacto positivo proporcionado pela prática adotado é estimativa do Percentual de Abatimento da Erosão (PAE %) que exige monitoramento e por isso tem custo de transação mais elevado.

Nesse contexto, propõe-se a manutenção e expansão do programa nas principais bacias do Distrito Federal com o apoio da EMATER.

AÇÃO:

- ✓ Fomentar o Programa Produtor de Água nas áreas rurais estratégicas no DF, incentivando a melhoria qualitativa e quantitativa da água com vistas ao abastecimento humano e à produção de alimentos aliado a preservação ambiental.

15.5 APOIO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E A ENERGIA SOLAR

A agricultura moderna está baseada na ciência e o desenvolvimento tecnológico é o seu fundamento. Assim, toda a tecnologia vai se relacionar com todo o meio ambiente, desde os agricultores como também os consumidores. Mesmo com tantos avanços, ainda há muito espaço para evoluir. A adoção de tecnologias e a cultura da inovação não estão distribuídas uniformemente na sociedade e, nesse caso os produtores rurais.

Nesse contexto, propõe-se o apoio à inovação como ciência e tecnologia para produtor rural em pequenas propriedades, com vistas à modernização de máquinas e implementos agrícolas, adoção de tecnologias de irrigação poupadoras de água e energia, diversificação de fontes energéticas com foco na energia solar e a utilização e acesso a informações na própria área rural.

AÇÕES:

- ✓ Apoiar via PRÓ-RURAL projetos de energias alternativas para a área produtiva e residências rurais, com foco em energia solar.
- ✓ Incentivar a implementação de projetos de fomento à energia solar para produção agropecuária.
- ✓ Apoiar a implantação de projeto de energia solar para residências no campo.

15.6 ASSENTAMENTOS RURAIS

O Distrito Federal não comporta novos assentamentos sem sustentabilidade ambiental. A implementação de uma política voltada para esse seguimento,

deve envolver ações que visam desenvolver os assentamentos existentes, observada a questão ambiental em conformidade com Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA).

AÇÕES:

- ✓ Consolidar os assentamentos existentes com a regularização do título da terra.
- ✓ Apoiar os assentamentos com a concessão de crédito para produção.
- ✓ Apoiar os assentamentos com Assistência Técnica por intermédio da EMATER/DF.

15.7 MELHORIAS DO ATENDIMENTO DO SETOR PÚBLICO NA ÁREA RURAL

A Área Rural tem tido constantemente um atendimento precário das Instituições Públicas quando busca soluções para seus problemas como os de segurança, incêndios, falta de energia, despachos de animais para transportes, dentre outros.

As ações ambientais desenvolvidas pelos órgãos públicos responsáveis, também carecem de uma organização de forma que possa tornar o produtor rural parceiro de suas ações e não uma ameaça para o equilíbrio ambiental, como na maioria das vezes acontece. A emissão de documentos que nem sempre é realizada em tempo hábil para as necessidades que surgem no processo produtivo.

Nesse contexto, o setor propõe ações diversificadas que certamente, com a institucionalização e as práticas recorrentes no dia a dia, contribuirão para uma harmonia saudável e equilibra.

AÇÕES:

- ✓ Integrar o Produtor Rural com as entidades governamentais de forma a melhorar o atendimento das demandas;
- ✓ Realizar reuniões e debates periódicos com as entidades públicas que atuam diretamente na área rural sobre as necessidades do produtor e a forma atendimento;
- ✓ Implantar o procedimento de agendamento pelos órgãos públicos quando da necessidade de inspeção de rotina nas propriedades rurais, de forma que outros produtores possam participar e entender os procedimentos adotados pelo órgão demandante;
- ✓ Estabelecer prazos para que os órgãos públicos realizem o atendimento quando solicitado pelo produtor rural;
- ✓ Proceder ao levantamento da legislação para as alterações necessárias;

- ✓ Simplificar o licenciamento ambiental.

15.8 POSTOS DE SAÚDE NA ÁREA RURAL EM LOCAIS ESTRATÉGICOS

A Área Rural do Distrito Federal possui 27 postos de saúde distribuídos nos Núcleos Rurais, o que dificulta para a população, de maneira geral, o atendimento, considerando a distância e a infraestrutura existente.

Alguns postos não possuem equipamentos, profissionais, materiais e espaço físico adequados, o que torna o atendimento das necessidades da população rural na saúde um verdadeiro calvário. A improvisação é uma situação corriqueira para alguns postos.

Assim, de forma geral, propõe-se ações voltadas para a melhoria dos postos de saúde, transformando-os em Unidade Básica de Saúde – UBS, de forma que durante os quatro anos de governo possam ser implementadas 20 Unidades Básicas de Saúde ou transformados os postos existentes.

AÇÕES:

- ✓ Melhorar a infraestrutura física dos postos de saúde existentes;
- ✓ Implantar unidades de saúde, visando melhorar o atendimento da população;
- ✓ Equipar e suprir com equipamentos as unidades de saúde;

15.9 MODERNIZAÇÃO DA EMATER/DF

A EMATER/DF compõe há quarenta anos o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, com valiosos serviços de desenvolvimento rural prestados no Distrito Federal e Entorno. A Instituição tem atuação destacada no âmbito nacional e com a sua Missão - “Promover o desenvolvimento rural sustentável e a segurança alimentar por meio de Assistência Técnica e Extensão Rural de excelência em benefício da sociedade do Distrito Federal e Entorno” e a Visão de “Ser reconhecida pela sociedade na promoção do desenvolvimento rural sustentável,” deixa claro a busca permanente da compatibilização do desenvolvimento sócio econômico do setor rural em harmonia com o meio ambiente.

Desta forma, propõe-se o fortalecimento Institucional, dotando-a de recursos humanos e estrutura física como condição imprescindível para ampliação e execução da sua missão de forma ágil e moderna, possibilitando sua atuação permanente junto aos produtores rurais e suas famílias do Distrito Federal e Entorno.

AÇÕES:

- ✓ Apoiar e fortalecer a Assistência Técnica e Extensão Rural Pública no DF com vistas a intensificação do desenvolvimento rural sustentável condizente com a necessidade de produzir água e alimentos, de forma segura, econômica e sustentável;
- ✓ Fornecer materiais e equipamentos para monitoramento e análise da água em campo destinados ao pescado;
- ✓ Aumentar o suporte a regularização dos empreendimentos de aquicultura.
- ✓ Aumentar o suporte a regularização de pequenas unidades de processamento de pescado;

15.10 CRIAÇÃO DE BARREIRAS SANITÁRIAS E FISCAIS

A defesa sanitária é uma atividade de muita importância para toda a comunidade. É por meio dela que se busca garantir a saúde dos animais a sanidade dos vegetais e a qualidade dos alimentos de origem animal que consumimos. Portanto, representa uma grande responsabilidade.

Entre as atividades de defesa sanitária animal destaca-se a fiscalização do trânsito de animais e vegetais e de seus produtos. Existem regras e normas sanitárias que devem ser cumpridas para que a sua movimentação possa ocorrer com segurança. Essa condição tem como objetivo principal impedir a difusão de doenças e pragas nos alimentos, evitando ameaças para o consumo humano.

Nesse contexto, propõe-se a implantação de barreiras sanitárias nas rodovias que dão acesso ao Distrito Federal, com fiscalização ostensiva nos termos da legislação vigente.

15.11 ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS, DESPORTIVAS E CULTURAIS NO SETOR RURAL

O setor rural abriga grandes iniciativas voltadas para valorização das ações socioculturais sejam cívicas, tecnológicas, religiosas, desportivas e de outras formas de lazer com objetivo de congregar as comunidades rurais em torno de suas crenças e valores, intensificando as relações de cidadania e transferência de conhecimentos de gerações para gerações como elemento histórico, cultuando as relações de harmonia entre os povos e suas características antropológicas e étnicas.

Tais iniciativas trazem em si também o intercâmbio entre o campo e as cidades resgatando na população as relações de vínculo a sua terra e origens, propiciando uma maior valorização e visibilidade do setor junto a sociedade como um todo. Destaca-se que tais eventos tem um aspecto extremamente importante na dinamização da economia através da geração de emprego e renda, além de oportunidades de negócios no setor rural.

AÇÃO:

- ✓ Apoiar e fortalecer a realização de eventos culturais, esportivos, sociais e econômicos do setor rural, com vistas a maior dinamização do agronegócio e aumento da visibilidade do setor junto a sociedade urbana.

15.12 ENTREGA DE SEMENTES E ADUBOS AOS PRODUTORES RURAIS

Os elevados custos de insumos agrícolas para produção agropecuária tem sido um entrave para muitos agricultores, sobretudo os de base familiar, que praticam da agricultura de subsistências. As culturas de feijão e milho são essenciais tanto para a manutenção da família como para gerar excedentes capazes de incrementar a sua renda.

AÇÃO:

- ✓ Distribuir, mediante cadastro específico sementes de feijão e milho, e adubos químicos para produção de gêneros alimentícios aos produtores que praticam agricultura de subsistência.

15.13 FORTALECIMENTO DO CEASA

A comercialização convencional dos produtos rurais é feita em grande parte nas Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA, que tem como missão promover a política de abastecimento, visando garantir a segurança alimentar e nutricional do Distrito Federal e entorno, buscando reduzir os custos de comercialização em nível de atacado; melhorar as condições de abastecimento, propiciando melhor concorrência na formação de preços, criar facilidades de comercialização para os produtores.

Entretanto, a CEASA/DF nos últimos anos vem passando por uma série de problemas que precisam ser enfrentados para não resultar num colapso de abastecimento. Esses problemas são representados, principalmente pela falta de uma política de valorização da produção local para a comercialização, uma modernização do sistema de gestão que possibilite mais facilidades de compras pelo consumidor, a localização que praticamente encontra-se numa

zona urbana de grande congestionamento o que dificulta o acesso para o produtor e o consumidor, além de barreiras fiscais que inviabilizam a comercialização.

Nesse sentido, propõe-se uma série de ações que certamente contribuirão para uma revitalização da CEASA/DF e contribuirá para o seu fortalecimento com uma maior participação da produção local na comercialização de produtos agroindustriais.

AÇÕES:

- ✓ Criar de uma bolsa de preços de produtos de forma institucionalizada.
- ✓ Implantar um processo de gestão com tecnologia e metodologias modernas.
- ✓ Reestruturar o Mercado do Peixe.
- ✓ Restabelecer o produtor local com agente de negociação da produção na CEASA/DF.
- ✓ Elaborar estudos sobre a viabilidade de mudança da sua localização.

16. REGIÃO METROPOLITANA (RIDE)

Na construção de um Governo que garanta serviços de qualidade para a população do Distrito Federal, é fundamental também que os municípios do entorno contem com serviços eficientes – sem o que, os problemas do Distrito Federal não poderão ser resolvidos.

O desenvolvimento da Capital exige uma gestão articulada e compartilhada com os municípios da RIDE, objetivando o desenvolvimento econômico integrado do Distrito Federal e do Entorno através de medidas capazes de gerar riquezas, aumentar a arrecadação e gerar empregos.

AÇÕES:

- ✓ Criação de polos de desenvolvimento econômico no Distrito Federal e no Entorno, com infraestrutura, mão de obra capacitada, como forma de gerar emprego, renda e arrecadação.
- ✓ Atualização das informações necessárias para se implantar, em parceria com a União, Estado de Goiás e Estado de Minas Gerais, o Plano de Saúde para a RIDE, além de firmar convênios, na área de saúde, com as Prefeituras da RIDE.
- ✓ Disponibilização para os Municípios da RIDE das informações do sistema de georeferenciamento de que necessitem para uma boa administração bem como para auxílio no lançamento e fiscalização de seus tributos.
- ✓ Implantação da integração regional a partir de ações coordenadas de gestão pública e do correto planejamento e alocação de recursos.

- ✓ Realização de convenio para interação e integração entre os órgãos de segurança pública do DF e do entorno, inclusive com operações conjuntas;
- ✓ Disponibilização de profissionais de segurança pública do DF para ministrar cursos aos policiais do entorno;
- ✓ Criação e ampliação dos Conselhos Comunitários de Segurança nos Municípios do entorno;
- ✓ Realização de convênio para criação e ampliação de órgão gestor de segurança pública e guarda municipal nos Municípios do entorno;
- ✓ Realização de convenio para promoção de programas de atenção a grupos vulneráveis no entorno;
- ✓ Realização de convênio para implementar campanhas de desarmamento com vistas a retirar armas de circulação;
- ✓ Realização de convenio para identificação de grupos e locais de tráfico de entorpecentes no entorno.
- ✓ Fortalecimento da infraestrutura de TI e de comunicação entre as polícias;
- ✓ Ações conjuntas entre as polícias;
- ✓ Captação de recursos e aportes que beneficiem as polícias envolvidas.
- ✓ Incentivo à prática esportiva e competições;
- ✓ Incentivo à atividade cultural e artística;
- ✓ Campanhas de esclarecimento e de prevenção às drogas.
- ✓ Estruturação do sistema de saúde para que os atendimentos de baixa e média complexidade sejam feitos no próprio entorno, evitando deslocamentos desnecessários.



ELE TEM CORAGEM PARA FAZER

Alberto Fraga (DEM) tem 62 anos, é coronel da reserva da Polícia Militar do Distrito Federal e um dos maiores especialistas em segurança pública do país. Formado em direito, administração e educação física, é mestre em Segurança Pública. É casado com Mirta Fraga e tem três filhos: Diego, Bruna e Thiago. Fraga está no quarto mandato como deputado Federal.

O parlamentar tem 15 leis aprovadas. Destaca-se no Congresso Nacional como um dos deputados mais atuantes e é recordista em proposições, tendo apresentado mais de 600 projetos de lei. Fraga é autor da lei que torna crime hediondo o assassinato e a lesão corporal praticados contra militares no exercício da função, do Sistema Único de Segurança Pública, alteração no Código Penal para prever o feminicídio como crime hediondo, define o terrorismo como crime, concede a licença maternidade para a mãe adotiva, das leis que tipificam como crime o ingresso, promoção, uso ou facilitação de celulares em presídios sem autorização legal e a que determina que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.

Na Secretaria de Transportes Fraga foi responsável por congelar as tarifas de ônibus, retomou as obras do Metrô que estavam paradas há mais de 13 anos, inaugurou cinco novas estações e implantou o passe livre para os estudantes.

“Aquilo que a gente já sabe é uma prisão, o desconhecido que nos liberta!”